jornal da UNICAMP

Campinas, janeiro de 1987 Ano I N.º 5

A Universidade na Constituinte

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 153. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça.

§ 2º Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico e a coisa julgada.

Em tempos menos claros, não foram poucos os homens públicos que, cerceados pelo sistema, refugiaram-se nos quadros da academia. Muitos deles revelaram-se excelentes didatas. Hoje são os acadêmicos que, ouvindo o chamado da responsabilidade política, vestem uma legenda partidária e lançam-se em direção à Constituinte. Na página 3, o "Jornal da Unicamp" conversa com os professores Plínio de Arruda Sampaio (ex-FGV), Florestan Fernandes (PUC-SP) e José Serra (Unicamp), todos eleitos no recente pleito de novembro.

Informática biomédica busca queimar etapas. Página 4.

Veja o que os vestibulandos disseram do novo exame. Página 5.

Química fina ganha projeto e é área prioritária. Página 8.

Na página 10, um perfil do Instituto de Física "Gleb Wataghin".

Constituinte e consciência nacional

Guido Ivan de Carvalho

Deixando de lado as discussões teóricas a respeito de constituições e emendas constitucionais abrangentes, e não levando em conta alguns Atos Adicionais e Emendas que se intercalaram, historicamente, entre uma Carta e outra, pode-se dizer que o Brasil republicano teve, na verdade, seis Constituições: 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 e 1969.

Agora, o País está às vésperas de mais uma Assembléia Constituinte, apesar de as eleições conjuntas de 15 de novembro haverem se polarizado na escolha de governadores. Já não importa saber de quem é a culpa da malsinada coincidência de calendário; deixemo-la diluida entre cento e trinta milhões de indivíduos que talvez não tenham conseguido libertar-se totalmente do espírito de Macunaíma...

O importante é saber se os congressistas constituintes eleitos representam, na realidade, os "fatos reais de poder", cuja soma **constitui** a essência de uma Constituição; ou seja, saber se todas as camadas e segmentos sociais que **constituem** a Nação estarão participando do ato fundamental de declarar que direitos ligados à vida e à realidade devem ficar expressos na Constituição, para preservar-lhes a perenidade e a observância.

Porque, se não é a Constituição que dá esses direitos e todos os outros deles decorrentes, **mas apenas os enuncia como valores imanentes da natureza humana**, e lhes garante a defesa, não pode ficar alheia à sua elaboração qualquer das **partes constitutivas** da Nação.

Sobretudo nesta quadra histórica, quando a Nação — curtida nas suas aspirações e nos seus propósitos, injustamente bloqueados — adquiriu, neste ostracismo existencial de vinte anos, consciência do essencial para a sua vida.

Isto é verdade: o povo das praças de hoje vive circunstância diferente do que acompanhou, ao longo dos anos, a preparação dos vários textos cosntitucionais, e tem mais condições de expressar a sua vontade, malgrado as distorções do processo eleitoral vigente.

A realidade brasileira, pelo princípio natural da evolução, não é a mesma de há cem anos atrás, quando a República substituiu a Monarquia, nem tampouco se mantém nas mesmas condições histórico-sociais de quando se promulgaram as Cartas Magnas subseqüentes.

Está, porém, mais rica de substância, em razão da consciência adquirida pelo povo a respeito do que é necessário para a realização do indivíduo e sua ascensão em todos os planos da vida, e para a melhor convivência social.

É capaz de sentir a diferença dos tempos e, mesmo sem conhecimento científico ou senso crítico razoável, entender que estamos numa época de definições com participação. Uma época que não permitirá, impunemente, a escolha de rumos e a expressão de direitos e deveres que não correspondam à natureza das coisas, como se deu nas seis vezes anteriores.

O contexto histórico é outro e o pacto que dele emergirá não deverá ser escrito nos moldes das experiências políticas do passado.

Os fatores que conduziram à Constituição de 1891, inspirada no modelo norte-americano (federalismo, presidencialismo, liberalismo político) mudaram de rumo em 1934, cuja Constituição, influenciada pela Revolução de 32, trouxe as idéias do direito social (justiça do trabalho, sindicalismo, intervenção no domínio econômico). Três anos depois, porém, desaguou no regime autoritário o Estado Novo, cuja Carta tentou fazer a conciliação entre as aspirações da classe trabalhadora e os interesses da dominação capitalista, sem êxito duradouro. Os "fatores reais de poder", latentes, produziram a queda do regime e escreveram um novo pacto social na Constituição de 1946. veio, em seguida, o movimento de 64, que, pretextando recompor o quadro social "desfigurado" por correntes de pensamento e ação contigentes, fez prevalecer, sobre os fatores reais inorganizados, os fatores organizados de exercício do poder e, após alguns atos institucionais, enunciou a Constituição de 1967, dois anos mais tarde definitivamente emendada com a incorporação dos instrumentos do arbítrio e anulação da expressão da quase totalidade das partes constitutivas da Nação.

Cabe, pois, esperar fevereiro para se verificar se as partes constitutivas da Nação (os fatores reais de poder) estão de fato representados na Assembléia Constituinte e em que medida poderão consagrar, no texto da nova Carta, o fundamento de uma vida individual e social plenas, fazendo da Constituição não apenas um compositório de normas juridicamente válido pelo sua coerência, mas um ideário politicamente verdadeiro por sua justiça.

Guido Ivan de Carvalho, advogado, é procurador geral da Universidade Estadual de Campinas.

Assembléia ou teatro de Ionesco?

Luís Otávio Burnier

Existe uma curta peça de Ionesco, "Cena em 4", recentemente apresentada num curso de extensão universitária do Depto. de Artes Cênicas, que deveria ser vista pelos políticos brasileiros. É um fato que entre os diversos meios de comunicação inerentes ao ser humano, este, por razões diversas, acabou por privilegiar o verbal. Este artigo é um exemplo disto.

Uma resultante deste fato é, como diz Ionesco, que "muito falamos para não dizer nada". Contanto que "não se quebrem os vasos de flores" que nos circundam, pode-se continuar falando e entrando em conflitos verbais à vontade. O grave é que isto virou um vício não reconhecido (assim como não se chama de "viciado" a um fumante) e o poder da retórica forma tais dimensões que acaba por induzir os cidadãos a delegarem poderes, a movimentarem-se em torno de causas que nem sempre correspondem às suas necessidades e interesses reais. O fato é que muito se fala em defesa do coletivo para se poder fazer o máximo em defesa de si próprio.

Dentro em breve teremos uma verdadeira peça de Ionesco acontecendo no palco político brasileiro: a Assembléia Nacional Constituinte. Deveriam reservar uma cadeira ao Sr. Aurélio Buarque de Holanda. Se este não engrossar seu dicionário, ao menos poderá confirmá-lo. A diferença entre Ionesco e a Assembléia é que as decisões verborrágicas aqui tomadas, se executadas, poderão ecoar por pelo menos uns 20 anos na vida de 130 milhões de seres humanos. Ao passo que Ionesco não. Ele no máximo abre os olhos, mas não fere a vida de ninguém.

Na briga esperançosa para se ter direito à voz e à expressão nesta constituição, encontramos diversos e diferentes setores da sociedade. Obviamente que se cada um destes setores conseguisse incluir um único parágrafo na nova constituição, a Carta Magna se transformaria numa Magna Enciclopédia.

Outro dia assisti na televisão "a um médico cirurgião que reivindicava a inclusão nas discussões constitucionais da questão do transplante de órgãos de seres vivos ou mortos para seres ainda vivos. Se nossos pseudos (e os reais também) representantes na ANC ainda estiverem vivos até lá, eu diria "por que não?". Existem no entanto questões que, embora não sejam tão importantes quanto às ligadas à nossa vergonhosa dívida externa, ou à mais vergonhosa ainda miséria interna, são contudo de extrema importância para o desenvolvimento social, cultural e político **do povo** que constitui nosso país.

Trata-se a meu ver de três pontos: um deles é a educação em seu duplo sentido: **ex-ducere** (desenvolvimento das disposições já existentes) e **educare** (transmissão de um saber por meio de uma pressão externa). O outro é a **cultura** tanto no seu sentido próprio de cultivar o conhecimento em geral, quanto, e sobretudo (pois renegada a um certo esquecimento) no seu sentido mais restrito de cultura popular. Não podemos também esquecer que as Artes, sejam elas eruditas ou populares, fazem parte da Cultura de um povo. Seria portanto indigno e desrespeitoso para com a vida que pulsa dentro deste povo não contemplar com a devida importância estes aspectos que, por não terem objetivos lucrativos, são conseqüentemente marginalizados sob as coordenadas da economia capitalista.

Por fim o terceiro ponto, o da pesquisa científica, técnica e artística como ponta de lança para o desenvolvimento e o aprimoramento **autônomo** do Saber e do Fazer do Homem. Diga-se de passagem que o nosso clima cultural marcado pela tecnologia e o espírito néo-positivista privilegia quase que exclusivamente a pesquisa na área tecnológica e científica. Cabe entretanto o lugar para as pesquisas artísticas e das áreas Humanas que apesar de tudo existem malgrado a falta de apoio governamental.

As questões mais específicas ligadas às universidades estaduais, federais ou particulares — corrijam-me se estou errado — talvez devam fazer parte do plano de Governo e não da Carta Magna. A Educação, a Cultura e a Pesquisa fazem parte de uma **essência**, sem a qual não há existência de desenvolvimento. Gostaria por fim de chamar a atenção ao leitor para o fato de que a Cultura e a Arte, mesmo se em estado de subdesenvolvimento, são a manifestação viva da essência e da existência de um povo, e não, como dizem as más línguas, simples "perfumaria". Não existe povo desenvolvido que não tenha sua própria Cultura e sua própria Arte também desenvolvidas.

Luís Otávio Burnier é professor do Departamento de Artes Cênicas do Instituto de Artes e coordenador do Laboratório Unicamp de Movimento e Expressão (Lume).

Ano Novo, nova realidade social?

Elói José da Silva Lima

A expectativa do ano novo (para muitos "ano bom"), traz consigo uma certa mistificação. Com o passar dos tempos a sutileza dos mecanismos naturais de criação de idéias e emoções que ajudam à enganação coletiva, fez da simples necessidade humana de uma lógica temporal um instrumento valoroso de alienação social — mais uma entre tantos outros.

Modernamente, muito auxiliada pela "mídia", a ideologia dominante serve-se da exigência natural de se pôr termo à fluidez e à inexorabilidade do tempo, que é angustiante para a espécie humana, no sentido de arrefecer o sofrimento atual, quer pela dificuldade de se viver o dia-a-dia, quer por aquilo que é mais transcendental: a certeza do fim. As "festas de fim de ano" são o ritual — carregado de emoções — de catarse diante da condição humana.

O tempo parcelado, condimentado com esperanças, forma a receita infalível para atenuar a dureza de uma sociedade onde a felicidade coletiva está comprimida pelas desigualdades, pela exploração do homem pelo homem, pela opressão institucional e pela ausência de oportunidades coletivas de amor, trabalho, conhecimento e lazer. E o ano novo vem chegando para obscurecer o fim e abrandar a dor do presente. Sim, porque sabê-los como marco de existência tão efêmera pode levar à revolta, à rejeição revolucionária de um modo de vida que a ceifa constantemente. Esses "anos novos" dividem para enfraquecer a dor e a consciência. Reabastecemo-nos de esperanças para uma nova era, como se os problemas fossem novos e jamais existentes, e despejamos o lixo mental.

Para o cético quanto ao poder do calendário, gregoriano ou outro que o valha, de solucionar problemas que o tempo não criou, há que pensar historicamente a razão dos problemas sociais, independentemente da lua ou do sol, do foguetório e do "reveillon", mesmo curtindo as festas. Com ou sem anualidade, o Brasil é a história da fome, da mortalidade infantil, da carência sanitária e habitacional, do menor abandonado, da marginalidade civil, da corrupção moral e cultural, do peculato, do crime organizado, da impunidade e do privilégio indignante; sem contar com os crimes menores tipo concentração fundiária e de renda, inflação, arrocho salarial, tributação regressiva etc.

A solução destas mazelas sociais não pode ser condicionada à mística de uma sazonalidade qualquer, mas a um planejamento social estratégico nas diversas áreas: alimentação, política econômica, educação etc. A nação espera a concretização de programas prioritários de governo que fixem meios adequados e fins deterministicos de erradicação dos males, a despeito do tempo. E o que é prioritário é pra ontem.

A reforma agrária, acompanhada de subprogramas de fomento — tecnologia (assistência técnica), insumos, escoamento da produção e apoio financeiro aos novos proprietários — é condição primeira para a solução do problema número um: a fome.

No campo da Economia, a política de congelamento de preços não deve ser abandonada, sob pena de esvairem-se todas as forças sociais que lutam pela estabilização da economia. Para o seu sucesso duradouro, as autoridades governamentais devem investir pesadamente na solidificação de uma estrutura de fiscalização e controle de preços, com a efetiva participação dessa política. Quanto à questão do investimento necessário à manutenção do crescimento econômico, bem como à de responder à dívida externa, defendo a suspensão temporária do pagamento do principal e dos juros como eixo de uma nova política de autarquização do processo de desenvolvimento de recursos tecnológicos e de poupança de que dispomos, aceitando a participação apenas dos países que, efetivamente, desejarem colaborar sem exigências financeiras imediatas. Este caminho, que coincide com o da democracia, só deverá reabrir a discussão com os credores de hoje num futuro em que as causas do atraso social brasileiro tenham sido superados.

Na área da Educação, os principais esforços da coletividade, inclusas as Universidades, devem se voltar para o ensino elementar, para que, no mais breve espaço de tempo elimine-se o analfabetismo e garanta-se a escolaridade mínima compatível com as exigências da civilização atual para toda a população infanto-juvenil. Esta é uma lacuna histórica que a Unicamp bem poderia preencher. Proponho, também, o início da "deselitização" do acesso à Unicamp, com a catividade de 20% das vagas da Graduação para alunos egressos das escolas de 2.° grau públicas, que, comprovadamente, sejam de famílias de renda até 10 salários mínimos, e que demonstrem potencial intelectual para apreender o ensino superior.

Olhar a Unicamp com os mesmos olhos de uma **Assuc** combativamente desejosa de uma nova etapa de progresso profissional e convivência social fundada na amizade e no respeito. Que se selem, definitivamente, as novas carreiras, associadas a salários condizentes com a dignidade do trabalho humano, a programas de desenvolvimento e aperfeiçoamento de pessoal e à reforma dos métodos de trabalho de modo a valorizar a satisfação do servidor em função dos objetivos institucionais, e não dos ritos e processos administrativos, congruentes com os objetivos vitais das pessoas e da comunidade.

Elói José da Silva Lima é funcionário do Instituto de Geociências e secretário geral da Associação dos Servidores da Unicamp (Assuc).

jornal da UNICAMP

Uma publicação da Universidade Estadual de Campinas.
Reitor: Paulo Renato Costa Souza
Coordenador Geral da Universidade: Carlos Vogt
Pró-reitor de Graduação: Antônio Mário Sette
Pró-reitor de Pós-Graduação: Bernardo Beiguelman
Pró-reitor de Pesquisa: Hélio Waldman
Pró-reitor de Extensão: José Carlos Valladão
Pró-reitor de Desenvolvimento: Ubiratan D'Ambrósio
Este jornal é elaborado pela Assessoria de Imprensa da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Correspondência e sugestões: Cidade Universitária "Zeferino Vaz", Cep: 13081, Campinas, S.P. Telefone: (0192) 39-3134/39-3148. Telex: (019) 1150.
Editor: Eustáquio Gomes
Redatores: Amarildo Carnicel, Antônio Roberto Fava, Graça Caldas, Marcus Vinicius Ozores.
Fotografia: Antoninho Perri
Diagramação: Amarildo Carnicel
Paste-up e arte final: André Alvarez e Clara Salinas
Serviços Técnicos: Sônia Regina T.T. Pais, Clara Eli M. Salinas, Hélio Costa Júnior.

COMPOSIÇÃO, FOTOLITO E IMPRESSÃO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. IMESP
GOVERNO MONTORO

Serra: "Há também aqueles que pretendem desqualificar o processo constituinte."

"A lei, ora a lei."
Getúlio Vargas

Florestan: "Uma Carta suficientemente analítica para que não pairem dúvidas."

Da academia para a constituinte

Passadas as eleições de novembro e o País ainda às voltas com os graves problemas econômicos decorrentes, em boa parte, da dependência do capital internacional, vê-se o brasileiro diante de um novo desafio: a elaboração de sua nova Carta Magna. Egresso de um regime de exceção que não privilegiou propriamente os valores institucionais, para o Brasil a confecção de uma nova Constituição representa, sobretudo, a perspectiva de garantias efetivas ao direito do cidadão, assegurando, na forma da lei, as regras do regime democrático.

Eleitos com função constituinte, além da congressual, os deputados e senadores terão a responsabilidade de fazer a lei maior do País. Será esta a oitava Constituição do Brasil. As anteriores originaram-se de projetos do Executivo ou foram por ele influenciadas. A soberania plena da nova Constituição que substituirá a de 1969, ainda em vigor, é questionada por diferentes setores da sociedade civil, na medida em que seus membros têm mandato parlamentar. O ideal, de acordo com estes segmentos, seria uma Assembléia Nacional Constituinte que se autodissolvesse após a elaboração da Carta.

Entre os constituintes eleitos, o ***Jornal da Unicamp*** *escolheu três nomes para discorrer sobre o assunto. São intelectuais vinculados à Academia.*

Plínio de Arruda Sampaio, 56 anos, político profissional cassado em 1964 quando deputado pelo antigo Partido Democrata Cristão (PDC) e atualmente presidente da Associação Brasileira da Reforma Agrária (Abra). Foi o segundo deputado federal mais votado pelo Partido dos Trabalhadores, obtendo 63.810 votos. Fez mestrado em Economia na Universidade de Cornell (EUA) e foi professor de Planejamento Econômico na Fundação Getúlio Vargas e na PUC de São Paulo.

José Serra, 44, ex-secretário de Planejamento do governo Montoro, integrou a equipe que elaborou o plano de governo de Tancredo Neves. Foi presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) em 62/63 e presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 63/64. Com a ascensão dos militares em 1964, teve de exilar-se quando nem havia completado ainda 22 anos; cursava na época o último ano de Engenharia pela Escola Politécnica de São Paulo. Doutorou-se em Economia pela Universidade de Cornell (EUA) e, em 1978, retornou ao Brasil como especialista na área tributária. É professor da Unicamp. Foi o segundo deputado mais votado do PMDB paulista, com 160.869 votos.

Eleito pelo PT, em quarto lugar, com 50.580 votos, o prof. Florestan Fernandes, 66, 33 livros publicados, é mestre de uma geração de intelectuais. Aposentado compulsoriamente pelo AI-5, em 1968, quando exercia a cátedra da Faculdade de Filosofia da USP, o prof. Florestan lecionou, no exílio, nas Universidades de Yale e Columbia (EUA) e Toronto (Canadá). É professor da PUC-SP.

Depois de criticar a forma como foram eleitos os constituintes, o prof. Plínio manifestou sua preocupação com o mecanismo de funcionamento do Congresso. Isto porque, "quando se instaura um processo constituinte, toda a legislação existente pode se modificar". Acha saudável que se elimine, de imediato, todas as leis de exceção.

Ao analisar o perfil dos constituintes eleitos, Plínio afirmou que o novo Congresso é tão conservador quanto o anterior. A grande variável que determina uma nova condição para a elaboração da Constituinte é a situação econômica do País — dramática, em sua opinião. "O Congresso é conservador mas a situação não é e isso poderá mudar tudo", observou.

A mobilização nacional em torno da Constituinte é fator fundamental para o controle social da nova Carta Magna, de acordo com Plínio. E é dentro desse contexto que inclui a participação da Universidade: "a Universidade, ou o claustro acadêmico deve se reunir, alterar sua rotina e sintonizar-se com o momento da Nação". E vai mais adiante: os currículos e até os horários das escolas devem modificar-se e girar em torno do tema da Constituição. "Vamos usar o conhecimento da universidade para municiar os constituintes, suas várias tendências para elaborar uma Carta que reflita os reais interesses da população."

Para Plínio, é preciso começar pelo mais difícil.

Os grandes eixos em torno dos quais devem girar a elaboração da Carta Magna, de acordo com o novo constituinte, são a redistribuição da renda e o aprimoramento da democracia com sanções que garantam sua eficácia. O deputado eleito pelo PT quer uma Constituição sem "amarras, independente e democrática".

Temas de interesse nacional como o fortalecimento do Judiciário (que funcione e seja responsável), a alteração do sistema tributário do País, a mudança da estrutura fundiária do País e a retirada da Educação da esfera do lucro (o que não significa acabar com o ensino privado) são algumas das inquietudes do constituinte eleito.

Outra questão que Plínio quer ver amplamente contemplada na nova Constituinte é a da Ciência e Tecnologia. Afirma ele: "Não podemos abrir mão do desenvolvimento da tecnologia nacional. Temos de estabelecer parâmetros para o comércio externo." Declara-se totalmente favorável ao recurso da reserva de mercado para garantir o domínio da tecnologia e, no plano do conhecimento, defende o desenvolvimento de uma tecnologia sofisticada, mas a nível de execução acha que o País deve resolver e investir de acordo com suas prioridades sociais.

No tocante à dívida externa, foi cauteloso. Sua opinião é que uma parte da dívida deve ser reexaminada através de uma auditoria, e a parte efetivamente devida renegociada em condições que não permitam o estrangulamento da situação econômica interna.

Serra não tem mais os "arroubos" de seus 22 anos, quando defendia transformações sociais "a qualquer preço". A forma de reivindicação mudou. A maturidade adquirida ao longo dos últimos 20 anos modificou a maneira de lidar com os problemas nacionais. Entretanto, os princípios que defendia na época permanecem inalterados.

Reconhecendo que foi um "erro" a coincidência das eleições majoritárias com a dos constituintes, Serra não vê, porém, prejuízos maiores no fato de seus membros terem mandato parlamentar. E chegou mesmo a criticar os que, com esse argumento, pretendem "desqualificar a Constituinte".

Defende uma Constituição com preceitos básicos mas flexível, "para valer por muito tempo". O básico a ser garantido é "o avanço na questão democrática. A Constituição, embora tenha elementos de utopia, deve ser realista. Não é um programa de governo. Não é a chave para o reino da felicidade, me preocupa muito que se criem expectativas de resolução dos problemas sociais", disse. Para Serra, é preciso deixar claro que a nova Constituição não vai substituir o processo de desenvolvimento social que implica em luta e mobilização permanente para a consecução dos objetivos pretendidos.

O desatrelamento dos sindicatos do Estado, o avanço da reforma agrária e a perspectiva do recurso ao plebiscito para garantir a participação da população brasileira na discussão de questões relevantes são alguns dos temas que Serra defenderá. No meio disso tudo, duas questões que considera essenciais: a educação e a reforma tributária.

No tocante à educação, Serra é de opinião que "não é mais possível deixar de encarar de frente esse problema crucial da realidade brasileira", que interfere diretamente nos demais. Temas como segurança, fortalecimento do Judiciário e do Legislativo, e o inequívoco direito da liberdade do cidadão, são obrigatórios nas propostas de Serra.

Serra: a nova Carta não é a chave para o reino da felicidade.

Já a reforma tributária será uma "batalha inevitável". Como "pai da matéria" — é especialista no assunto —, Serra pretende ser um interlocutor intransigente na luta por uma nova estrutura tributária no País, capaz de redistribuir mais justa e equitativamente os recursos. "É tarefa inadiável", garante.

A nova Constituição, para Serra, deve ter um "texto enxuto, que estabeleça as regras do jogo em termos realistas e realizáveis, democrático, regras claras e sólidas, que permitam aprofundar e ampliar **in totum** a democracia". Manifestou-se favorável à implantação do regime parlamentar no Brasil: "Defendo um regime parlamentar que mantenha os instrumentos essenciais de governo de uma sociedade moderna nas mãos do Executivo, mas que deve ser responsável diante do Congresso."

Criticando a coincidência das eleições majoritárias com a dos constituintes, o prof. Florestan vê nas eleições conjuntas "um golpe bem dado" pelo sistema atual no novo Congresso. As coincidências e os erros foram muitos, na sua opinião, para se acreditar em acaso. "O grande objetivo era fazer com que os políticos profissionais e principalmente os partidos da ordem estabelecida, detivessem o controle do processo constituinte, e isso eles conseguiram."

Plínio: "O novo Congresso ainda é conservador."

A eleição de "representantes fiéis", assegurada por instituições como Fiesp, UDR e outras organizações patronais dão um perfil "maculado" à Constituinte, "porque vão naturalmente encarnar o particularismo e o privatismo de seus setores". Nesse sentido, Florestan lamenta que "alguns dos melhores talentos" tenham sido eliminados do processo.

Apesar de ter sempre advogado uma Constituição concisa, o prof. Florestan Fernandes mudou de idéia. "Infelizmente, no Brasil, aquilo que não está claramente explícito não tem valor; em função disso, acabei modificando minha posição. É preciso elaborar uma Carta Magna suficientemente analítica para que não pairem dúvidas sobre os preceitos fundamentais e, ao mesmo tempo, que se estabeleçam sanções claras e objetivas."

Antes porém de se iniciarem as reuniões dos constituintes, Florestan acha indispensável que sejam extintas as medidas de exceção ainda mantidas pelo governo da Nova República. "O governo está com poderes excessivos nas mãos e é necessário que haja um controle externo, popular, do processo constituinte para impedir que o Congresso acabe sendo neutralizado e produza uma Constituição que não satisfaça às necessidades históricas atuais. Invocando a soberania do Congresso constituinte, Florestan pede a revogação das salvaguardas e decretos-lei — "caso contrário o Congresso estará funcionando sob uma espada de Damócles, ou seja, será uma força militar atrás de um traje civil. É preciso limpar o terreno".

O prof. Florestan defende o "referendum" popular para as questões mais polêmicas a serem discutidas na Constituinte. Embora reconheça que é um mecanismo complicado de se viabilizar, acha que chegou o momento de se usar hoje "alguns caminhos menos diretos para simplificarmos o futuro e evitar que o País tenha uma Constituição formalmente adequada, mas de conteúdo duvidoso".

A participação da universidade no processo constituinte foi destacada pelo sociólogo. Para ele, "a universidade deve restabelecer seu convívio com a Nação, que já foi muito íntimo no passado". Lembrou que foi da universidade que saíram as principais críticas ao regime militar. "Agora, a universidade deve fazer exigências maiores."

A vitalidade inerente ao ambiente universitário em todos os seus segmentos — professores, alunos e funcionários — deve ser colocada, na opinião do prof. Florestan, a serviço da Constituinte. "A universidade deve se tornar um agente ativo e exigente. Seu inconformismo crítico precisa se manifestar nos limites mais amplos e ricos possíveis, tornando-se mesmo agente fiscalizador.

Educação e Ciência & Tecnologia, dois temas que interessam de perto à universidade brasileira, fazem parte central do programa do prof. Florestan. Ele acha que o longo período do governo militar obsoletizou a área da Educação e defende uma nova Lei de Diretrizes de Base adequada ao presente, e uma política sistemática de defesa dos recursos públicos para os serviços que incluam a escola pública.

Florestan propõe uma verdadeira "revolução educacional". Poder-se-ia começar, por exemplo, pelo estabelecimento de critérios que dêem a base material, financeira e autonomia à universidade e, ao mesmo tempo, que permitam um salto de qualidade no sistema público de investigação e de aplicação do conhecimento. No seu entender, uma tecnologia independente só pode ser constituída na base de um conhecimento científico original e independente. Lutará por isso.

Florestan: para as questões polêmicas, o referendum.

Como constituinte, vai trabalhar pela "limitação das atribuições das Forças Armadas e pela supressão das leis de emergência, pela reforma agrária, pela liberdade e autonomia sindical; pela redefinição do significado social de propriedade privada e a organização de uma república democrática fundada na soberania popular, como expressão do poder real das classes trabalhadoras.

Como as exigências de hoje são mais complexas, mais ricas e mais virulentas que as de ontem, o prof. Florestan vaticinou que os conservadores vão ter saudades da década de 60. "Os problemas se complicaram e exigem soluções mais complexas. O grau de dependência econômica do Brasil condiciona nosso grau de dependência educacional, tecnológica e científica. A autonomia é um processo de crescimento acumulativo e as universidades devem estar empenhadas na reversão desse processo, para dar conta das exigências sociais."

A Universidade mais perto do povo

É da natureza da universidade pública envolver-se com a sociedade geral. Até por uma razão simples: é a coletividade que a mantém através de seus impostos. A forma como esse envolvimento se deve dar sempre foi alvo de preocupação e discussão nas universidades públicas de todo o mundo. A criação da Pró-Reitoria de Extensão e Assunto Comunitários, em maio último, foi uma resposta da Reitoria da Unicamp a essa preocupação.

Nascida no conjunto da nova estrutura de pró-reitorias e coordenada pelo prof. José Carlos Valladão de Mattos, a Pró-Reitoria de Extensão já iniciou suas atividades com linhas de trabalho objetivamente definidas. Graças a isso foi possível, por exemplo, já no início da atual administração, interagir com prefeituras de várias regiões do Estado e do País para o repasse da tecnologia de construção do protótipo de casa popular desenvolvido pelo Nudecri (Núcleo de Desenvolvimento e Criatividade); foi possível também consolidar e ampliar o programa de cursos de aperfeiçoamento para os professores da rede estadual de 1.° e 2.° graus; e finalmente acelerou-se, em curto tempo, a interação da Universidade com o setor produtivo através da oferta de cursos de extensão e aperfeiçoamento em horários especiais.

A abertura para os problemas sociais é bastante ampla em universidades de países desenvolvidos. Estados Unidos, Japão e os países europeus em geral primam pela aproximação entre as universidades e suas respectivas comunidades, não raro desenvolvendo atividades de profundo alcance social. No Brasil, ao contrário, é quase inexistente essa interação entre as instituições de ensino superior e a sociedade, a não ser aquelas decorrentes da tradição do ensino e eventualmente da pesquisa aplicada. Pode-se dizer que a Unicamp tem sido uma exceção. Desde sua criação, sua filosofia foi buscar soluções de problemas reais da sociedade, especialmente nas áreas científica, tecnológica, médica e de políticas públicas. "Temos consciência de que é preciso abrir as portas da instituição para que a população possa participar com maior intensidade de nossas atividades", diz o pró-reitor.

Embora criada recentemente, a Pró-Reitoria de Extensão vem obtendo reconhecimento junto à Comunidade através de algumas realizações incisivas. O repasse da tecnologia de construção do protótipo de casa popular, de fácil execução e baixo custo, é a maior prova desse fato. Tão bem aceita tem sido a idéia que a própria Unicamp está intermediando a construção de um conjunto residencial para seus funcionários no distrito de Aparecidinha, entre as cidades de Campinas e Sumaré. Da mesma forma, projeta-se a construção de um conjunto residencial para estudantes próximo ao campus da Universidade em Barão Geraldo.

No programa de aperfeiçoamento permanente de professores da rede estadual de ensino de 1.° e 2.° graus, já foram realizados centenas de cursos ministrados por professores da Universidade. "Nossa meta é levar aos docentes da rede estadual alternativas para uma mudança nas concepções de ensino", explica o prof. Valladão. O Observatório a Olho Nu, localizado no campus, além do Museu Dinâmico de Ciências e do Planetário, ambos em fase de instalação no Parque Taquaral, em Campinas, também estão entre as atividades que a Pró-Reitoria supervisiona.

Deve-se destacar, entretanto, a preocupação com o público interno, principalmente em relação ao ensino. Os funcionários deverão contar, já a partir do próximo ano, com os serviços do Núcleo Avançado de Educação Supletiva, que deverá atender em sua fase inicial cerca de 500 servidores. A idéia é abrir possibilidades aos funcionários para conclusão dos cursos de 1.° e 2.° graus, com aulas a partir das 17 horas, no próprio campus. A pré-escola para filhos de servidores é outro projeto que deverá estar em funcionamento também em 1987, beneficiando crianças na faixa de 4 a 7 anos incompletos.

A Pró-Reitoria, por outro lado, está providenciando o andamento do projeto de implantação de um campus avançado no litoral sul paulista.

Trata-se de programa que vem sendo discutido desde a gestão anterior, dependendo contudo da formalização de convênio com a Secretaria do Interior, e cujo objetivo central é utilizar-se o Centro de Pesquisa localizado na Ilha do Cardoso.

"Firmado esse convênio, estaremos beneficiando pesquisadores da área de biologia, antropologia, alimentos, entre outras", afirma o Prof. Valladão. O Serviço de Apoio ao Estudante (SAE), sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão, passou por reestruturações e tem recebido substancial apoio às suas atividades. A exemplo de universidades européias e norte-americanas, a Unicamp pretende criar um balcão de empregos para a colocação de formandos no mercado de trabalho, aproximando, assim, objetivamente, o estudante do setor produtivo. O mesmo SAE deve elaborar um livreto e material audiovisual que mostrará o perfil do estudante de cada curso, para que o empregador tenha uma idéia clara da capacitação dos novos profissionais disponíveis no mercado de trabalho. Além de suas atividades rotineiras, encontra-se também em fase de organizaçãc um serviço de aconselhamento e orientação psicológica ligado ao Departamento de Psiquiatria da FCM.

Prof. Valladão, pró-reitor de Extensão: ampliar as atividades de maior alcance social.

Informática biomédica avalia seu papel

A falta de apoio por parte de setores governamentais e o trabalho bastante discreto realizado pelas universidades no sentido de criar laboratórios e núcleos interdisciplinares situam o Brasil numa posição francamente inferior em relação aos grandes centros que desenvolvem a tecnologia da aplicação da informática na saúde. Essa é a opinião do prof. Renato Sabbatini, diretor do Núcleo de Informática Biomédica — NIB — da Unicamp e presidente do I Congresso Brasileiro de Informática em Saúde, realizado em novembro, em Campinas.

É preciso, segundo Sabbatini, um investimento consciente e dirigido do Estado no sentido de desenvolver rapidamente o setor. "Todos os setores de aplicação social no Brasil — afirma — estão atrasados. São setores que dependem de pesquisas multidisciplinares, política bastante incipiente no País". Enquanto, de um lado, a indústria brasileira de informática situa-se entre as dez maiores do mundo, de outro sua aplicação está muito distante do setor social. A utilização da informática na educação, na agricultura e na saúde constitui-se hoje em fator de séria preocupação por parte de alguns pesquisadores. "Entretanto, é preciso reconhecer que estamos bastante atrasados, não só em comparação a outros países mas também em relação ao desenvolvimento de nossa própria indústria", diz Sabbatini.

Além disso, é significativa a falta de especialistas que atuem simultaneamente nas duas áreas. No Brasil existem aproximadamente 50 pessoas com amplo conhecimento na área de informática biomédica. No mais, são cerca de 600 a 700 profissionais que estão se iniciando na área, dos quais 80% concentrados no eixo São Paulo — Rio de Janeiro. Em recente pesquisa realizada pelo NIB e pela Associação Paulista de Medicina, envolvendo 10.000 médicos, constatou-se que mais de 80% dos entrevistados têm interesse na aplicação da informática e 10% já são usuários, a maioria com equipamento próprio. Os números refletem a necessidade de incrementar o processo de formação de recursos humanos especializados.

No cenário das universidades brasileiras, a Unicamp se destaca pela iniciativa de criação de um leque de centros interdisciplinares, permitindo que pesquisadores de diferentes áreas trabalhem no mesmo projeto. Esse foi um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento e a posição de destaque em que hoje se encontra o NIB. "Queremos agir como catalisador neste processo", diz Sabbatini.

Sempre foi muito discreto o número de centros de pesquisa e desenvolvimento em informática no Brasil. Somente nos últimos três anos esse quadro sofreu alguma alteração, com o surgimento de centros pioneiros ligados à Universidade Federal do Rio de Janeiro, Federal do Rio Grande do Sul, Usp, Federal de Minas Gerais e Escola Paulista de Medicina. Esses centros, somados à Unicamp, são responsáveis hoje pela maior parte das pesquisas produzidas no Brasil, na área.

No I Congresso Brasileiro de Informática em Saúde foram apresentados 194 trabalhos, dos quais 33 oriundos da Universidade de Campinas. Mais de 250 especialistas e usuários avançados em Informática Médica foram catalogados. Segundo o prof. Sabbatini, além do intercâmbio entre especialistas de vários países, o congresso foi marcado pela criação da Sociedade Brasileira de Informática em Saúde, da qual o próprio Sabbatini foi eleito vice-presidente. "No momento, pode-se dizer que as perspectivas são animadoras. Os órgãos que apoiam a Ciência e a Tecnologia no Brasil estão reconhecendo a necessidade de investir mais em informática, especialmente em suas aplicações sociais", finaliza.

Sabbatini: "A indústria cresceu muito, a aplicação social nem tanto."

O NIB, destaque na América Latina

Desenvolver pesquisas avançadas sobre a aplicação do computador na área médica e dar suporte ao setor de informática na Faculdade de Ciêncis Médicas, Faculdade de Odontologia de Piracicaba e Hospital das Clínicas da Unicamp. Estas são algumas das atribuições do Núcleo de Informática Biomédica. Criado em junho de 1983, o NIB constitui-se hoje no centro mais avançado no setor, na América Latina, com reconhecidos trabalhos e importantes projetos a serem desenvolvidos ainda este ano.

O trabalho desenvolvido pelo NIB ao longo dos últimos três anos conferiu ao órgão notável destaque também no cenário internacional. Tanto é que integra-se hoje entre os centros colaborativos da Organização Mundial de Saúde (OMS) na área de informática em saúde, como o único representante do bloco dos países em desenvolvimento. Seu coordenador, o prof. Renato Sabbatini, é um dos 20 consultores internacionais empenhados na elaboração de um documento que fixará a estratégia da aplicação do computador na saúde para os próximos cinco anos.

O repasse do conhecimento reunido pelo Núcleo para instituições que pretendam implantar sistemática semelhante em suas rotinas, é também uma das metas do NIB. "Desenvolvemos um verdadeiro trabalho de assessoria técnica e intelectual junto aos centros interessados", diz Sabbatini. Este trabalho se dá através da realização de seminários, estágios e também de um curso de pós-graduação, o único no Brasil, na área. Além disso, o NIB tem por princípio assessorar unidades da Universidade, especialmente as ligadas aos setores biológicos.

Contando com profissionais das áreas de Medicina, Engenharia, Análise de Sistemas, Estatística, Matemática e Biologia, o NIB está informatizando, por exemplo, os sistemas de controle de infecções hospitalares, banco de sangue, radiologia, medicina hiperbárica, UTI e laboratório clínico — todos do HC. Dentre os projetos especiais estão a estruturação do "Centro de Documentação em Informática Biomédica", que visa oferecer serviços relacionados com a disseminação de informação sobre informática biomédica a nível latino-americano; o "Projeto de Educação Especial de Excepcionais pelo Computador" (recentemente repassado para o Núcleo de Informática Aplicada à Educação), que pretende investigar o potencial do microcomputador e da linguagem **Logo** no desenvolvimento motor e cognitivo de vários tipos de deficiências físicas e mentais em crianças; e o "Projeto Centauro", que visa atrair estudantes da área médica que tenham propensão profissional para a informática.

Foi grande a expectativa em torno do exame "sem cruzinhas".

De um modo geral, as questões dissertativas agradaram.

Iniciado o exame, não faltaram as cenas dramáticas do lado de fora. Como sempre.

Candidatos aprovam novo vestibular

A Unicamp sai mais uma vez à frente das demais universidades. Foi a primeira a modificar inteiramente o sistema convencional de testes de múltipla escolha, reduto das tradicionais "cruzinhas". Ao realizar o seu primeiro vestibular desvinculado da Fuvest, a Unicamp reintroduziu o esquema de provas dissertativas e, dessa forma, ao menos no âmbito regional, já começa a influir direta e positivamente no ensino de 1.º e 2.º graus.

A nova modalidade de aferição de conhecimento realizada pela Universidade nos exames da primeira fase, no dia 7 de dezembro, agradou não apenas no contexto geral: foi aprovada também pelos candidatos. De uma maneira geral, os vestibulandos que optaram pela Unicamp elogiaram a sistemática e acharam as questões bem formuladas. Dos 13.237 inscritos, compareceram 11.215, registrando-se, portanto, uma abstenção de 15,4%.

Em lugar do "chute", o raciocínio

José Roberto Ferreira Jr., 18 anos, disputou uma das 1.380 vagas oferecidas pela Unicamp este ano. Sua opção é pela área Biológica. É a primeira vez que presta vestibular. Não fez cursinho. Estudava no Colégio Objetivo. É favorável ao sistema de prova dissertativa "porque dá para mostrar se você sabe alguma coisa ou não", ao contrário da múltipla escolha, que "é a estratégia do chute". Como estudou muito, achou as 12 questões de conhecimento geral relativamente fáceis e a prova de redação "nada complicada".

Já Poliana Canela, 18, que está prestando vestibular para Medicina, acha que se deu melhor nas questões dissertativas, a seu ver bem formuladas. "Gosto de prova dissertativa. Mas não sei ainda se dá para passar". Poliana tem medo da redação. Embora reconheça que é a melhor forma de testar o raciocínio dos candidatos, tem dúvidas sobre seu desempenho pessoal. Isto porque os temas propostos exigiam cultura geral e ela não vinha lendo muito. Ainda assim, é favorável ao sistema de redação e prova dissertativa. "Múltipla escolha se pode tentar fazer por eliminação, mas o acerto está numa única resposta, enquanto nas questões dissertativas as pessoas que sabem têm realmente maior chance".

Candidata ao curso de Engenharia Civil, Keila Zamboim, 18, estudou em colégio público e não fez cursinho. Tem esperanças de passar na primeira fase. Para quem estudou, ela acha que "deu para fazer uma prova legal". A idéia de redação com textos informativos foi apreciada por Keila. A prova de redação, na sua opinião, é sempre importante, porque "saber bem português influi muito na vida e na carreira". Gostou também das questões de conhecimento geral.

Guerino Davoli Neto, 16, ainda cursa o segundo ano do colegial. Está fazendo vestibular para "conhecer o esquema". Aprovou o sistema de provas dissertativas. "É bem mais válido que as cruzinhas. Temos mais condições de mostrar o que sabemos. No teste de múltipla escolha, as respostas são limitadas". Guerino, que é candidato ao curso de Computação, foi um dos poucos a reclamar da redação; em sua opinião, a redação não deveria ser eliminatória para quem vai cursar Exatas. "O português que vemos nos anos de colégio é suficiente", alegou ele. Como ainda está no segundo colegial e ainda não viu toda a matéria, achou difíceis as questões de conhecimento geral. "Eu teria de fazer cursinho para passar", observou.

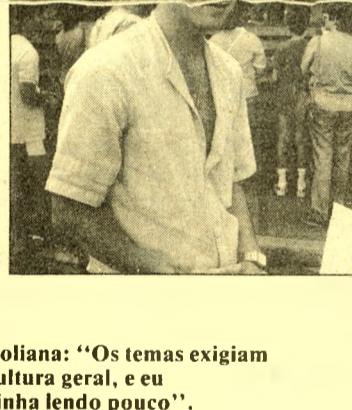
Pastor evangélico, Valério do Nascimento, 30, é graduado em Teologia. Está fazendo o concurso para Educação. Acha que vai dar para entrar. "A prova dissertativa é disparadamente melhor que o sistema de múltipla escolha. Dá mais condições de desenvolver o raciocínio". Acha que foi bem na redação. Já nas questões de conhecimento geral não deu para resolver todos os itens. Ainda assim, espera compensar na redação e passar para a segunda fase.

Quem passar na "prova de fogo" da primeira fase, obtendo um rendimento superior a 50% entre a redação e as 12 questões de História, Geografia, Biologia, Física e Química, estará apto a enfrentar a segunda fase que se iniciou no dia 4 deste mês e prosseguirá até o dia 7. As provas de aptidão para os cursos de Odontologia, Artes Cênicas, Música, Dança e Educação Artística serão realizadas de 12 a 23 do corrente. A relação dos candidatos aprovados para as 1.380 vagas será divulgada no dia primeiro de fevereiro e as matrículas deverão ser efetivadas de 2 a 23 de fevereiro.

Keila não fez cursinho, mas acha que foi bem na Redação.

O pastor evangélico Valério resolveu tentar Educação.

José Roberto: "Na prova dissertativa dá para você mostrar o que sabe".

Guerino, 16 anos, inscreveu-se apenas para "conhecer o esquema".

Poliana: "Os temas exigiam cultura geral, e eu vinha lendo pouco".

Reenquadramento vai beneficiar servidores

Os quase 7.000 funcionários administrativos da Unicamp também serão beneficiados com a estruturação de um Quadro de Carreira. A carreira do técnico especializado de apoio ao ensino e à pesquisa, por exemplo, já está definida. E agora, até o próximo mês, deverão ser reenquadrados todos os casos de desvio de funções existentes na Universidade. Trata-se dos funcionários contratados para determinadas atividades e que, no decorrer do tempo, terminaram exercendo funções diferentes sem a correspondente alteração salarial e cargo compatível. Acredita-se que 1/3 do pessoal administrativo da Universidade encontra-se nesta condição.

Terminada essa etapa de correção, a Universidade prosseguirá com a reestruturação do Quatro de Carreira dos funcionários alcançando dessa vez o pessoal de apoio administrativo e de apoio operacional. Foi constituído um grupo de trabalho para a execução dessa tarefa. A perspectiva, de acordo com o coordenador geral da Universidade, prof. Carlos Vogt, é que até o final do primeiro semestre de 1987 toda a estrutura funcional da Unicamp esteja refeita com os respectivos reenquadramentos.

A criação de um Quadro de Carreira da Universidade, a exemplo do que foi efetivado no ano passado, na USP, possibilitará a visibilidade das regras de ascensão na carreira, dando ao funcionário chances reais de melhoria não só salarial mas também de função. A partir daí, o mérito, a experiência, a dedicação e a competência serão fatores preponderantes para o crescimento natural na carreira.

A situação atual prevê 150 classes ou carreiras que estão reunidas em oito escalas salariais. Cada uma das carreiras tem uma referência inicial e final que define a amplitude do seu crescimento. Essa amplitude varia de 16 a 30 referências, segundo explicou José Luiz Boer, diretor do Grupo de Assistência Técnica da Diretoria Geral de Recursos Humanos da Universidade.

Com o novo Quadro de Carreira, "o objetivo é diminuir o número de funções e ampliar entre elas os níveis, permitindo a progressão horizontal e vertical, dentro do mesmo princípio utilizado para o técnico especializado", afirmou Vogt. Serão também criadas as funções autárquicas para substituir as existentes, visando ajustamentos necessários, sobretudo nos cargos em comissão. Esse pessoal será também reenquadrado para só receberem as gratificações correspondentes enquanto exercerem o cargo em comissão.

Assim que estiver completada a nova estruturação da carreira funcional da Unicamp, os 7.000 funcionários serão classificados em 3 grupos, de acordo com as atividades exercidas: apoio ao ensino e à pesquisa, apoio operacional e apoio administrativo (a exemplo do modelo da Usp, embora com as características específicas e inerentes à Unicamp). O reenquadramento geral da Universidade de São Paulo representou ganhos salariais que variam de 50 a 80%. Uma questão importante a ser resolvida na Universidade de Campinas é a existência de duas relações trabalhistas, a celetista e a estatutária.

A mudança na política de valorização funcional da Unicamp está sendo aguardada com grande expectativa pelos funcionários que vêem na estruturação da carreira a garantia de critérios objetivos e transparentes. Em conseqüência, surgirá uma real política de recursos humanos há muito esperada. Os benefícios a serem conquistados vão porém muito além do próprio funcionário. Ganha a Universidade como um todo.

Reitores contestam Reforma

Prossegue a discussão em torno do projeto de Reforma Universitária elaborado pelo Ministério da Educação. Criticado pela Associação Nacional de Docentes (Andes) e rejeitado por 40 dos 79 membros do Conselho Nacional de Reitores (Crub), o projeto suscitou, recentemente, um posicionamento formal dos reitores das três universidades estaduais paulistas: Usp, Unicamp e Unesp. Eis a íntegra do documento:

"A gravidade da crise que afeta as universidades brasileiras exige medidas que não podem mais ser postergadas. A apresentação, pelo Grupo Executivo de Reformulação da Educação Superior (Geres), de um projeto de Lei que inicia um processo de reforma é por isto bem-vinda e teve a virtude de realimentar o debate sobre a universidade, colocando a questão, mais uma vez, na arena política.

Aparentemente, o projeto de Lei afeta apenas as universidades federais e não deveria preocupar, portanto, as demais instituições de ensino superior. Na realidade está em jogo uma transformação de todo o sistema de ensino superior. Mais ainda, essa transformação já foi iniciada com modificações implementadas em nível administrativo e com o início da instauração de um sistema de avaliação que deve abranger todas as universidades e não apenas as federais. Não se pode, por isso, tratar a questão como se fosse um diálogo restrito a dois interlocutores: o Ministério da Educação e as universidades federais. Para que o problema seja abordado de forma adequada, é preciso que o Ministério explicite sua posição em relação às demais universidades públicas e às instituições particulares.

A reforma que está sendo proposta para as universidades não prescinde de uma reforma concomitante do próprio Ministério. As críticas ao CFE, Conselho Federal de Educação, contidas no documento **Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira** são pertinentes e não se pode deixar para um segundo momento a completa reformulação ou mesmo a extinção desse órgão. Por outro lado, todo o projeto do Geres pressupõe uma ampliação das funções e atribuições da Sesu (Secretaria de Educação Superior). É necessário, portanto, que o atual projeto seja acompanhado de outros documentos que explicitem a política do Ministério para as instituições que não integram o sistema de universidades e escolas isoladas federais e reformulem o CFE e a Sesu, resolvendo também a questão dos currículos mínimos, uma das bases atuais do poder do CFE.

José Goldemberg, da Usp.

A proposta do Geres procura eliminar da concepção corrente de universidade dois critérios fundamentais: a universidade e a indissociabilidade de entre ensino e pesquisa, o que vem encontrando restrições por parte da comunidade científica e acadêmica. Na visão destes setores, um sistema de ensino superior onde não se esteja produzindo conhecimento é um anacronismo. A universidade é o lugar onde essa tarefa deve ser realizada.

Uma proposta alternativa à do Geres seria fazer com que algumas instituições que hoje são consideradas universidades deixassem de sê-lo. Isto implicaria pensar em um sistema de ensino superior internamente diferenciado, como o existente em outros países. Com isso se estabeleceria um poderoso incentivo para o desenvolvimento científico no país, pois as IES passariam a promover a pesquisa para alcançar o "status" de universidade. Outra alternativa seria a promoção, por parte do Ministério, de articulações entre departamentos semelhantes de instituições diferentes, visando à associação para fins de ensino e pesquisa.

Um dos aspectos positivos do projeto Geres é a tentativa de instituir um sistema de avaliação como mecanismo de promoção de melhoria da qualidade do ensino e do desenvolvimento da pesquisa científica. Essa proposta deve ser apoiada e incentivada.

Um organismo de avaliação precisa possuir elevado grau de autonomia em relação aos órgãos administrativos e de decisão política do Ministério da Educação de tal forma que ele possa não apenas criticar o desempenho das universidades mas, até mesmo, a eficácia das políticas governamentais e a adequação dos recursos financeiros disponíveis. Há que assegurar, também, que a avaliação não seja puramente externa nem meramente interna, mas combine as duas formas.

Paulo Renato, da Unicamp.

A comunidade científica, através de suas associações, assim como segmentos de docentes, têm repetidamente se manifestado a favor do restabelecimento da vinculação entre carreira acadêmica e titulação. Sendo a formação do pesquisador e, conseqüentemente, a qualificação do corpo docente, realizada na pós-graduação e universalmente legitimada pela concessão dos títulos de mestre e doutor, não se pode estabelecer a indissociabilidade entre ensino e pesquisa sem se exigir, concomitantemente, como critério básico para a progressão na carreira, a obtenção dessas qualificações.

Quanto ao regime de trabalho, o projeto apresenta uma proposta flexível, mas deixa de introduzir um elemento importante que é a vinculação da dedicação exclusiva à prática da pesquisa. Mais uma vez há que se considerar que a indissociabilidade entre ensino e pesquisa exige medidas práticas que promovam essa associação. A exigência de titulação e o tempo integral constituem instrumentos importantes para o desenvolvimento da pesquisa e devem recuperar sua função de estímulo à prática da investigação científica.

Há ainda que considerar a questão da isonomia salarial. Neste ponto, o projeto apresenta uma proposta viável, ao estabelecer a isonomia como piso. A flexibilidade prevista no projeto constitui um elemento fundamental de preservação da autonomia da universidade e de sua liberdade para incentivar o desenvolvimento da pesquisa e a melhoria do ensino.

No que tange às funções de apoio técnico e administrativo, o projeto introduz a possibilidade de progressão na carreira e de estímulos à dedicação dos funcionários, que são importantes e necessários.

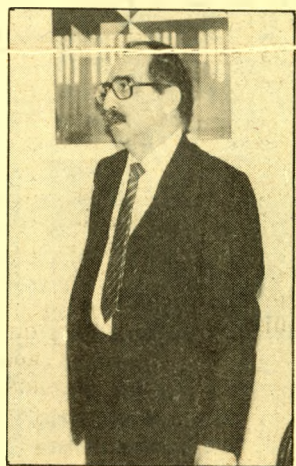
O documento do Geres indica, com razão, que a fórmula de eleição direta e representação paritária, tendo-se transformado em bandeira para a mobilização contra o regime autoritário, acabou por impedir uma discussão mais ampla e mais serena do problema. Isso precisa ser feito. Poder-se-ia lembrar que, mesmo na organização política da sociedade, eleições indiretas e sistemas parlamentares são recursos democráticos legítimos.

A proposta do Geres, de eleições dos dirigentes por um colégio eleitoral pode ser aceitável, assim como a preservação da prática de listas tríplices, de longa tradição no Brasil, desde que indicadas por um Conselho Universitário escolhido democraticamente, como é o caso da proposta do Geres.

A garantia de uma maioria de representantes do corpo docente nos órgãos colegiados, por outro lado, constitui uma medida necessária para a preservação do caráter acadêmico da universidade. Sendo um local de ensino e pesquisa, é importante que, nos colegiados predomine o poder acadêmico, garantida a representação dos estudantes e funcionários. A proporção de cada uma dessas categorias deve variar conforme as atribuições específicas dos colegiados em questão e as universidades precisam ter autonomia para fixá-las em seus respectivos estatutos.

Por outro lado, dado o anseio geral por uma participação mais direta dos docentes, estudantes e funcionários na escolha dos dirigentes, é possível, também, deixar a cargo de cada instituição formas de consulta desse tipo, prevendo-se diferentes instâncias de decisão.

É igualmente necessário que haja exigências de titulação acadêmica para o exercício das funções de direção. Se insistirmos na indissociabilidade entre ensino e pesquisa, parece de todo inviável que, em uma universidade, não se exija pelo menos o título de doutor, isto é, o "status" acadêmico mínimo para ocupar as posições de direção.

No que tange ao financiamento, há que se encontrar um meio termo entre a situação atual e a oferta global de recursos sem qualquer discriminação. A Universidade não pode adotar a atitude arrogante de se considerar um Estado, dentro do Estado, exigindo recursos da sociedade sem prestar contas deles, em nome de uma autonomia que pode conflitar com outros interesses da população. Deve-se manter, pelo menos, a distinção entre despesas com pagamento de pessoal e outras despesas de custeio, assegurada uma proporcionalidade desta em relação àquela. Sem essa cautela, a negociação necessária dos aumentos salariais fica extremamente prejudicada, pois não envolvem diretamente o órgão financiador que se exime, assim, de uma de suas responsabilidades fundamentais na garantia dos recursos necessários para a manutenção do ensino superior e da pesquisa. Sem uma certa quantidade mínima de recursos para investimento, a Universidade é incapaz de manter e ampliar laboratórios, equipamentos e bibliotecas e não poderá se constituir plenamente como instituição de ensino e pesquisa."

Jorge Nagle, da Unesp.

Carreira docente passa por reestruturação

Ao fim de um longo período de negociação e trabalho conjunto entre professores, reitores e o governo do Estado, chegou a seu termo o processo de reestruturação da carreira docente das três universidades estaduais paulistas.

A nova carreira, que vigora desde 1.° de janeiro último (Decreto n.° 26.353), altera a sistemática de ascensão docente e contempla os professores com uma correção salarial que varia de 26,8% a 58%.

A diferenciação dos níveis de correção — menor para os níveis iniciais, maior para o topo da carreira — foi justificada pelo governo como uma forma de estimular a progressão acadêmica e evitar a evasão dos professores de maior experiência. Segundo estudos feitos pela Usp, constatou-se que os salários de início de carreira estão em nível de compatibilidade com o mercado geral, o que não acontece com os topos da carreira universitária, bem abaixo, por exemplo, dos salários de nível gerencial.

A nova carreira preconiza assim, dentro de seus princípios gerais, a valorização da titulação acadêmica, a valorização da produção científica mediante avaliações bienais e o incentivo ao regime de dedicação integral (RDIDP).

A situação particular da Universidade de Campinas, cujo processo de institucionalização inclui a criação do quadro "efetivo" ou permanente, através de ingresso por concurso e do quadro "suplementar" (em extinção, mas ainda integrado pela maioria dos docentes contratados até 31 de março do ano passado), além do quadro "especial", teve de ser analisada em separado. A grande dúvida era saber como avaliar os índices referentes à gratificação por mérito dos docentes do Quadro Suplementar.

O reitor defendeu junto aos demais reitores e ao governo do Estado a necessidade do reconhecimento da especificidade da história da Unicamp. A titulação formal não foi requisito no passado, para o ingresso na carreira docente, mas é inegável que isto não foi empecilho para que ela se convertesse numa das melhores universidades do país. Por outro lado já está caracterizada uma clara situação de transição através da existência de um quadro em extinção, bem como estão estabelecidas as regras para a paulatina transformação do quadro docente mediante a realização dos concursos de titulação.

As gestões foram bem sucedidas e culminaram como o decreto n.° 26.353, de 1.° de dezembro último, onde se regulamenta o caso específico da Unicamp.

De acordo com o decreto, "enquanto subsistir a parte suplementar em extinção do quadro docente da Universidade Estadual de Campinas", a gratificação por mérito fica estabelecida dentro dos seguintes critérios: I — valor integral da gratificação, correspondente ao nível em que se encontra, para o docente dos níveis MS-4, MS-5 ou MS-6 que possuir o título de doutor; II — setenta por cento do valor da gratificação, correspondente ao nível em que se encontra, para o docente dos níveis MS-4, MS-5 ou MS-6 que não possuir o título de doutor e III — valor integral da gratificação, correspondente à respectiva titulação, para o docente dos níveis MS-2 ou MS-3.

Uma usina de idéias e pesquisas

Nascido através da resolução 46 do Conselho Estadual de Educação, em 19 de dezembro de 1966, o Instituto de Física da Unicamp iniciou suas atividades em março do ano seguinte. Para implantar o Instituto, o então reitor Zeferino Vaz convidou o prof. Marcelo Damy de Souza, professor titular de Física Nuclear, que acabava de se aposentar na Usp.

Compartilhando da mesma proposta de Zeferino Vaz, de que para se constituir uma universidade é "preciso primeiro cérebros e não prédios", uma das primeiras contratações efetuadas por Damy foi a de César Lattes, cujo trabalho científico na área de Raios Cósmicos já contava na época com o respeito internacional. Coube a Damy e Lattes, inclusive, dar ao Instituto o nome daquele que ambos consideram o pai da física brasileira, o italiano-soviético Gleb Wataghin.

O primeiro grupo de professores que veio para a Unicamp, além da de Lattes — era oriundo do Depto. de Física da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro. Isto porque, em janeiro de 67, essa Faculdade foi incorporada à Unicamp, embora no ano seguinte voltasse à sua condição de instituto isolado. "Assim que conversamos com o prof. Damy, decidimos imediatamente vir para a Unicamp", lembra o prof. Nicolau Januzzi, um dos que vieram em definitivo.

"A Unicamp era apenas uma promessa", lembra o então chefe de Departamento de Física da F.F.C.L. de Rio Claro, prof. Carlos Alfredo Arguello, mais tarde diretor do IFGW. "E uma promessa rodeada de mato e canaviais. As pessoas optaram pela Unicamp mais pelo nome do prof. Zeferino Vaz do que qualquer outra coisa. O nome dele era uma garantia de que a Unicamp daria certo", afirma Arguello.

Numa época em que os centros de pesquisas eram escassos e raros, a Unicamp, que adotara uma proposta nova de universidade voltada para o ensino e a pesquisa, constituia realmente um "oásis" para os jovens pesquisadores. "O que mais me impressionou —, conta Arguello, — foi quando ouvi um discurso do prof. Zeferino no qual ele enfatizou que quem não trabalhasse, não fizesse pesquisa, estaria na rua. Mas aqueles que quisessem pesquisar e trabalhar teriam todo o seu apoio." Nesse período, de 67 a 69, o Instituto funcionou precária e provisoriamente na rua Culto à Ciência, centro de Campinas, onde funciona hoje o Colégio Técnico. E foi nos porões deste colégio que Lattes montou seu primeiro laboratório de pesquisa em Raios Cósmicos no Brasil, ao lado de um pequeno grupo de orientandos.

Vinda para o campus

Em 70, o Instituto de Física mudou-se para o campus de Barão Geraldo, sublocando algumas salas do prédio da Engenharia Mecânica. Mesmo o caráter precário de suas instalações não impediu que o trabalho científico "decolasse" extraordinariamente. Só nesse ano foram defendidas quatro teses de doutorado de orientados do prof. Damy.

O novo prédio nem havia sido concluído, e pesquisadores de várias partes do mundo desembarcavam sem parar em Viracopos e no Galeão. Um deles foi o prof. Rogério Cerqueira Leite, "arrancado" dos laboratórios da Bell, nos Estados Unidos, para implantar o Departamento de Estado Sólido. "Não foi difícil me entender com o prof. Zeferino", conta Rogério. "Ele me convenceu com um argumento irresistível. Ele me disse: De cada trabalho científico publicado, 1% do crédito será meu. Como aqui terá muita gente trabalhando, o crédito maior será meu. Por isso vou sempre procurar gente boa e competente que quer fazer ciência".

Já como chefe de departamento instalado, em 1970, e como diretor no ano seguinte, Rogério inicia um novo processo de contratações de professores brasileiros que se encontravam trabalhando e estudando em universidades americanas e européias. Entre esses brasileiros, houve pronta resposta de nomes como José Ellis Ripper, Paulo Sakanaka e o já legendário Sérgio Porto, que estava a serviço da Universidade do Sul da Califórnia. "Comecei a fazer um verdadeiro recrutamento internacional. Sistematicamente viajava aos EUA e à Europa contratando brasileiros que estavam para concluir teses de doutorado e também vários professores estrangeiros, em sua maioria americanos, indianos e argentinos", diz Rogério.

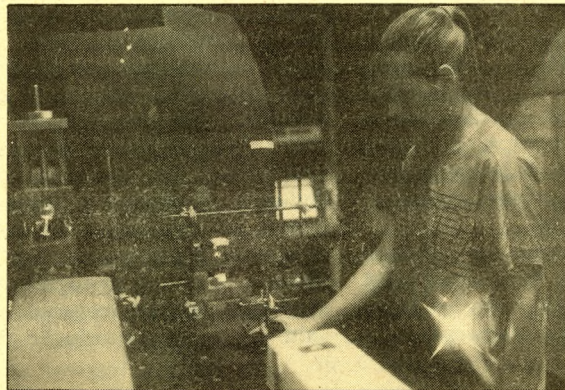
Entre 1971 e 1975, o Instituto "Gleb Wataghin" consegue, através de vários contratos, substanciais somas de recursos para aquisição de equipamentos e financiamento de pesquisas. O dinheiro veio de fontes como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Finep, Badesp e outras. Rogério calcula que, "em dólar de hoje, o Instituto de Física deve contar com um patrimônio de aproximadamente US$ 50 milhões só em equipamentos — e isso porque o dólar de hoje vale três vezes menos que o dólarr daquela época", esclarece.

Cadenciada e com ritmo constante, a produção científica do Instituto foi conquistando a respeitabilidade nacional e internacional. Essa "respeitabilidade" cristalizou-se em 1975, quando a Unicamp sediou o "Congresso Internacional de Espalhamento de Luz", que reuniu mais de 200 cientistas de renome de várias partes do mundo. A propósito desse acontecimento, Rogério lembra que a revista **Laser Focus**, uma das mais importantes da área de lasers, afirmou na época que "o maior laboratório de aplicação de laser existente ao sul do laboratório da Bell era o do Instituto de Física da Unicamp".

Produção científica

Constituído por quatro departamentos (Raios Cósmicos, Física do Estado Sólido, Física Aplicada e Eletrônica Quântica), 19 anos de produção científica bastaram para que o Instituto "Gleb Wataghin" se colocasse no mesmo patamar dos principais centros de pesquisas do Brasil e do Exterior.

O prédio central do IFGW, fruto do pioneirismo de Lattes e Damy.

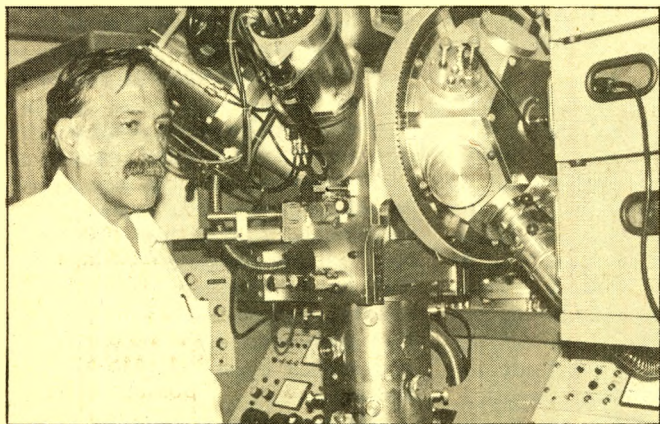
Zwanziger, o diretor: "Uma das preocupações do Instituto é ser socialmente útil".

As experiências com o laser, hoje aplicadas na prática, popularizaram o IFGW e a Unicamp.

"Uma das preocupações do Instituto é ser socialmente útil", afirma o prof. Marcus Zwanziger, atual diretor da Unidade. "Temos formado recursos humanos e publicado intensamente. De 1967 e 1985, formamos 280 bacharéis e licenciados, 210 mestres e 95 doutores. Publicamos mais de 1.200 artigos científicos em revistas internacionais. Além disso, damos suporte técnico a mais de 25 indústrias, resolvendo problemas de linha de produção, de controle de qualidade etc."

Zwanziger lembra, também, que foi a partir do conhecimento gerado por docentes do Instituto de Física que surgiram várias indústrias, sendo que uma das mais conhecidas é a ABC X-TAL, fabricante de fibras ópticas. "Embora do ponto de vista do desenvolvimento científico a fibra óptica tenha importância relativa", diz Rogério, "o sucesso obtido pelos pesquisadores da Unicamp foi realmente grande, tanto pela aplicação tecnológica como pelo lado comercial". O desenvolvimento da fibra óptica em Campinas chegou, inclusive, a motivar a ira de grandes empresas multinacionais do setor, como a Bell, que passou a hostilizar Sérgio Porto, segundo Rogério.

Além da ABC X-TAL, "nasceram" na Unicamp a Cryometal (fabricante de botijões criogênicos), a Aplivac (bisturis a laser), a Unilaser (manutenção de lasers), a Dicon (computadores), a Lasertec (laser para aplicação em manufatura industrial) e a Optron (componentes ópticos). "A Universidade também ganha com o surgimento dessas indústrias", diz Zwanziger, "uma vez que recebe royalties das pesquisas ali desenvolvidas".

O Instituto desenvolve 35 linhas de pesquisas por associação entre docentes e pesquisadores, sendo que alguns desses grupos são formados por professores de vários departamentos. E são essas linhas de pesquisas, que vão de raios cósmicos ao laser de CO_2, da conversão fotovoltáica ao laser de pico-segundo e aos semicondutores, além de numerosas outras, que deram ao Instituto de Física 'Gleb Wataghin' o lugar de destaque na produção de ciência. Um grande número de convênios assegura a continuidade das pesquisas. A Finep é a grande patrocinadora, contribuindo com um volume de recursos sete a dez vezes maior que a dotação orçamentária da Unidade. "O orçamento paga apenas salários e material de consumo", afirma Zwanziger.

A preocupação agora é renovar o parque de equipamentos, alguns defasados em até 15 anos. De acordo com levantamento realizado em dezembro do ano passado, a Unidade necessita para essa renovação de aproximadamente US$ 5 milhões, além de cerca de Cz$ 35 milhões para aquisição de material nacional. "Apesar das crises econômicas o Instituto 'Gleb Wataghin' conseguiu manter o nível de pesquisa e aumentar o número de alunos de pós-graduação. Aprendemos a administrar a crise", afirma Zwanziger. Para finalizar, lembra que "o risco que o Estado de São Paulo corre com seus centros de pesquisa é repetir a experiência do inglês que queria treinar o seu cavalo para trabalhar sem comer. Quase conseguiu, só que o cavalo morreu".

Arguello: "Optamos pela Unicamp porque o nome de Zeferino era uma garantia".

Cerqueira Leite: viagens pelo mundo em busca de talentos brasileiros e estrangeiros.

Um programa para a química fina

O Brasil gasta anualmente entre US$ 500 milhões e US$ 1 bilhão na importação de insumos básicos para a indústria farmacêutica, agroquímica, indústria de alimentos, enfim, as áreas denominadas de "química fina". Os dados estatísticos disponíveis são elásticos e variam de acordo com a definição do que venha a ser "química fina", uma vez que o conceito é amplo e tanto cientistas como industriais não chegaram a um acordo a respeito, ou por questão teórica ou por conveniência comercial.

De um modo geral, a química fina inclui todos os produtos básicos que entram na elaboração e na fabricação de remédios, pesticidas, corantes, pigmentos, etc. Na indústria de química fina, segundo consenso mais abragente, a produção é feita através de várias etapas (processo não contínuo), exigindo mão-de-obra altamente especializada com conseqüências, naturalmente, no preço do produto final. Um último ponto que podemos caracterizar como diferenciador entre a química fina e os demais setores da química e da petroquímica, é que a produção é medida em milhares de quilos ao invés de milhares de toneladas.

Face ao crescente número de aplicações das tecnologias abrangidas pela química fina, e também por considerar que a universidade deve investir em pesquisas de ponta, o reitor Paulo Renato criou em novembro uma comissão encarregada de elaborar um programa de pesquisas no setor. A comissão tem prazo de 90 dias para apresentar um plano de trabalho. Seu presidente, o prof. José Augusto Rosário Rodrigues, do Instituto de Química, já tem em mãos um esboço do que virá a ser esse programa. Ele terá sete pontos básicos: 1 — a extração de produtos naturais, vegetais ou animais; 2 — a produção de fármacos com base na lista da Rename (Relação Nacional de Medicamentos); 3— o desenvolvimento de novos defensivos agrícolas; 4 — o desenvolvimento de insumos para a indústria de informática; 5 — compostos inorgânicos para a indústria farmacêutica e alimentícia; 6 — pigmentos e corantes sintéticos; 7 — cursos de extensão para a indústria.

Pesquisas serão desenvolvidas nos laboratórios do CPPQB.

José Augusto: "Reduzir a importação de insumos".

Para a definição de alguns dos programas, a comissão criada pelo reitor pretende ouvir o Ministério da Ciência e Tecnologia e outros órgãos governamentais de financiamento. Atualmente o Instituto de Química da Unicamp vem desenvolvendo pesquisas com "dietil propiona", "nipogin", "nipazol" e outros produtos com financiamento da Central de Medicamentos (CEME) e da Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério de Ciência e Tecnologia.

"Várias indústrias têm procurado a Unicamp para o desenvolvimento de pesquisas na área de química fina", diz o prof. José Augusto Rodrigues, que não tem dúvidas de que o programa da Unicamp será importante inclusive no processo de redução do déficit cambial, uma vez que 80% dos insumos básicos em química fina são importados.

Primeiros acordos

Um grande passo para a "decolagem" das pesquisas foi dado no último dia 10 de dezembro, quando a presidente da Central de Medicamentos, dra. Marta Nóbrega Martinez, firmou um acordo com a Unicamp para a produção de fármacos que serão extraídos a partir de dez plantas utilizadas pela população no combate a algumas doenças. Entre essas plantas encontram-se o alho (antiparasitário), o quebra-pedra (problema renal), o maracujá (calmante), o caapeba (malária e outras). A primeira dificuldade já foi quebrada: provar que a crendice popular estava correta e que o valor de cura dessas plantas tem base científica. O segundo passo, agora, consiste na sintetização do produto.

Prevê-se que dentro de 18 meses começarão a aparecer os primeiros resultados com a síntese dos fármacos, quando então estarão prontos para a industrialização. Toda a pesquisa será desenvolvida pelo Centro Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas e Biológicas (CPPQB) que a Unicamp adquiriu recentemente junto às Indústrias Monsanto, na cidade de Paulínia.

Bons ventos no intercâmbio com a Alemanha

São numerosos, produtivos e antigos os laços técnico-científicos entre universidades alemãs e brasileiras, mas ainda existem oportunidades inexploradas que estão à espera de boas idéias. É o que garante nesta entrevista o prof. Gerhard Jacob, vice-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador científico dos convênios do CNPq para com a Alemanha.

Jornal da Unicamp — Em que estágio se encontram as relações Brasil-Alemanha no campo acadêmico-científico?

Gerhard Jacob — São relações antigas e zelosamente conservadas. Há três tipos de acordos intergovernamentais: um de assistência e cooperação técnica, outro de caráter cultural e um terceiro, no qual estou particularmente envolvido, que é um acordo de pesquisa científica e tecnológica. Quanto a este último, posso garantir que vem se desenvolvendo muito bem.

JU — Qual a abrangência e o alcance do acordo de cooperação científica e tecnológica?

Jacob — São essencialmente três os setores em que Brasil e Alemanha atuam em conjunto, nesse campo: a formação de recursos humanos, que se traduz na concessão de bolsas de pós-graduação aqui e lá; os programas de assistência técnica; e os programas de cooperação científica e tecnológica propriamente dita. No caso das bolsas, vale dizer que a grande maioria concedida pelo Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico, o DAAD, é paga pelo próprio governo alemão — ao contrário do que acontece com outros países. O Brasil, claro, oferece a contrapartida da reciprocidade. Bem explicado, o processo é este: o país que envia o pesquisador paga a passagem e o país que recebe paga a estadia. Existem hoje na Alemanha cerca de 200 bolsistas brasileiros.

JU — O que especificamente a Alemanha tem a oferecer às universidades brasileiras e qual tem sido a contrapartida oferecida pelo Brasil?

Jacob — A Alemanha tem uma tradição científica muito antiga. Um exemplo ilustrativo é a Universidade de Heidelberg, que acaba de completar 600 anos. A cooperação científica mais freqüente tem vindo da área da informática, onde mantemos não menos de 15 projetos de pesquisa conjunta. Há também acordos muito ativos nas áreas de química, matemática, geociências, biologia, agricultura, física, saúde. Mas veja que estou falando apenas dos convênios no âmbito do CNPq; fora dele existem outros nos campos da pesquisa nuclear, das ciências do mar etc. O CNPq, claro, responde por cerca de 50% dos convênios mantidos com a Alemanha.

JU — E a contrapartida brasileira?

Jacob — É um engano pensar que os alemães não têm nada a aprender conosco. Na área de doenças endêmicas, por exemplo, sabemos muito. Não que os alemães tenham problemas com surtos endêmicos, eles já superaram tudo isso. Entretanto a ciência não se preocupa com o fato de existir um problema localmente ou não: o conhecimento científico puro ultrapassa essa fronteira. Ademais, há na Alemanha hospitais ou institutos que foram especificamente criados para cuidar de problemas de outras regiões do mundo.

JU — Pesquisadores que tenham em vista uma linha de pesquisa, ou que estejam no início ou a meio dela, têm boas possibilidades, no momento, de beneficiar-se de algum convênio com a Alemanha via CNPq?

Jacob — Certamente. Mas, ao contrário do que muitos imaginam, a iniciativa é quase sempre do pesquisador. Digo "quase sempre" porque algumas vezes o CNPq pode induzir à realização de convênios numa determinada área de interesse estratégico. Em geral, contudo, tudo começa com uma troca de correspondência entre instituições ou pesquisadores de ambos os lados, ou seja, com uma definição prévia de interesses. Depois, para início de conversa efetiva, há uma visita de um dos lados, e, a seguir, costuma ser elaborado um projeto conjunto que é submetido aos órgãos competentes aqui e lá. No Brasil, esse órgão pode ser o CNPq.

JU — Existem setores potenciais no relacionamento científico Brasil-Alemanha que poderiam ser melhor explorados?

Jacob — Esta é uma pergunta oportuna. Existem sim. Eu acho que não estamos aproveitando o suficiente a experiência alemã na área de química, em que eles são positivamente fortes. Há o setor de biotecnologia, onde a Alemanha afinal não é tão forte, mas sempre dispõe de uma tecnologia eficiente. Aqui podemos incluir a engenharia genética, área em que, por sinal, a Unicamp dá um passo importante. Mas há muitas outras áreas em que as oportunidades se encontram, por assim dizer, à espera de boas idéias.

Gerhard Jacob: "Há muitas oportunidades à espera de boas idéias".

JU — De um modo geral o projeto universitário e de pesquisa da Alemanha é compatível com o brasileiro?

Jacob — Certamente. Eu diria que, pela estrutura acadêmica, a compatibilidade é muito maior com as universidades do Estado de São Paulo. Também a estrutura de pesquisa é muito parecida, a começar pela existência, na Alemanha, de um equivalente do CNPq. A grande diferença, como se sabe, está fora das universidades. Refiro-me ao grande número de laboratórios industriais lá existentes, todos contando com pesquisadores do mais alto gabarito que, no mais das vezes, são os próprios professores universitários prestando eventualmente serviços ali. São fortíssimos os laços da indústria com a universidade. Em não poucas indústrias os chefes de laboratórios são professores universitários que para lá se deslocam em tempo parcial. O diretor científico da Bayer, por exemplo, é um professor universitário.

JU — O atraso e, em seguida, a quase paralisação do programa nuclear brasileiro não criaram um problema de credibilidade nas relações acadêmico-científicas entre os dois países?

Jacob — O acordo nuclear teve um erro básico de formulação que deve ser creditado a ambas as partes. São outros, entretanto, os níveis das relações acadêmico-científicas. Não houve prejuízos nem se criaram prevenções. Se há alguns problemas, é nas áreas de informática e de ciências da educação.

JU — Como a Alemanha encara a questão da reserva de mercado para a informática no Brasil?

Jacob — Com reservas.

Quem aposta na ciência brasileira?

Muito se tem falado sobre a necessidade de se investir em Pesquisa e Desenvolvimento. Ao contrário das multinacionais, que sempre aplicaram grandes somas na pesquisa, as empresas brasileiras começam agora, embora ainda timidamente, a equipar seus laboratórios. Como as respostas nunca são garantidas, coube ao Estado, ao longo dos tempos, apoiar e incentivar a ciência no Brasil. Mas, afinal, quem acredita na tecnologia nacional?

Nos países industrializados, 70 a 90% do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) são creditados às conquistas no campo científico e tecnológico. Atualmente, de acordo com o presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prof. Crodowaldo Pavan, cerca de 95% do que é produzido em C&T concentram-se nos países desenvolvidos. A participação da América Latina é de apenas 1%.

O financiamento a projetos de pesquisa tem sua origem em diferentes fontes. No entanto, quais são os agentes financiadores da pesquisa no Brasil? Levantamento realizado pelo Sistema em Linha de Acompanhamento de Projetos (Selap), do CNPq, no período de 1980/83, apontava a existência de 15.331 projetos de pesquisa concluídos e em andamento.

O estudo realizado pelo Selap e publicado pela Agenda CNPq de agosto/setembro/86 mostra que mais da metade dos projetos (58%) foi executada nas próprias instituições que os financiaram. São, na verdade, projetos de pesquisa de pequeno porte, normalmente realizados em universidades. Os demais projetos (42%) foram financiados por organismos externos às instituições. Destes, 60% obtiveram recursos de instituições especializadas em C&T como o CNPq, Finep, FNDCT e Fipec, entre outros.

O levantamento feito pela Selap mostra que instituições não especializadas em C&T participaram com 7% dos recursos no financiamento de projetos de pesquisa e desenvolvimento e as instituições estrangeiras financiaram somente 3% dos projetos. Verificou-se ainda que 59% dos projetos de pesquisa foram desenvolvidos no âmbito de instituições de ensino e particularmente em universidades. As instituições especializadas em C&T executaram 32% das pesquisas, ficando 4% por conta de instituições do governo, 3% das empresas estatais e 2% de instituições privadas.

A decisão política do presidente Sarney em ampliar o número de pesquisadores brasileiros tem feito com que os órgãos governamentais direcionem cada vez mais seus recursos na formação de mestres e doutores. A perspectiva é de um aumento de 150% no volume de bolsas no exterior (que passariam das atuais duas mil para cinco mil) e uma duplicação das bolsas no País, (de 13 mil para 27 mil).

Para contemplar essa diferença, os recursos atualmente orçados em 1 bilhão de cruzados passarão para 2,5 bilhões este ano. O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) mantém cerca de 950 bolsistas no exterior, sendo 38% nos Estados Unidos, 22% na Inglaterra e 20% na França. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) tem quase mil bolsistas no exterior, sendo 42% nos Estados Unidos.

Os órgãos de fomento à pesquisa não estão preocupados apenas em formar mestres e doutores. Como o objetivo é diminuir cada vez mais a lacuna existente entre o Brasil e os países desenvolvidos, é necessário atingir todas as áreas. Nesse sentido, a categoria de iniciação científica será também contemplada com 57.517 bolsas e a de aperfeiçoamento com 7.965. O pessoal de apoio técnico terá 8.294 bolsas. Além disso, serão concedidas 438 bolsas para pós-doutorado.

A distribuição das bolsas concedidas no País pelo CNPq em 1985 era a seguinte: Mestrado (31,7%); Aperfeiçoamento (6%); Iniciação Científica (13%); Apoio Técnico (6%); Pesquisa (36,1%); Doutorado (7%) e Pós-Doutorado (2%). Durante muito tempo os órgãos de fomento à pesquisa foram questionados quanto aos gastos destinados à administração, em detrimento da pesquisa. Nos últimos anos, no entanto, o procedimento tem se modificado. No CNPq está o exemplo mais claro da reversão desse quadro: a participação do setor administração/coordenação, que era de 26% do orçamento, foi reduzida para 14% entre 1980 e 1985. Em compensação, os recursos para fomento passaram de 39 para 49% e os para execução de pesquisa subiram de 32 para 34%.

Os programas de auxílio à pesquisa no período de 1981 a 1985, por área de conhecimento, apresentaram algumas variações. Tem-se mantido, no entanto, um equilíbrio na distribuição dos recursos, a saber:

PROGRAMA DE AUXÍLIOS À PESQUISA

Valor Médio por Grande Área no período de 1981 a 1985

Unidade: Cr$ 1.000,00 (correntes)

GRANDE ÁREA	1981	1982	1983	1984	1985
CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS	530	1,096	2,222	7,628	32,350
ENGENHARIAS	499	880	1,945	6,316	29,135
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	470	648	1,676	6,302	23,763
CIÊNCIAS DA SAÚDE	465	710	1,805	6,198	28,625
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS	374	593	1,568	4,934	19,497
TOTAL MÉDIO	472	802	1,848	6,324	27,037

Fonte: CNPq/SUP/COOE/SEES

FCM vai iniciar pesquisas com tóxicos

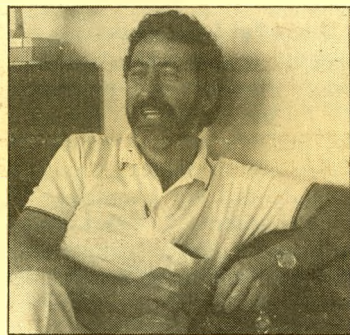
O Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp está concluindo seus preparativos para a instalação do primeiro Laboratório de Estudos de Entorpecentes do Brasil. Verbas para a concretização da primeira fase do projeto — a construção do laboratório, no valor de Cz$ 4.100 milhões — já estão sendo negociadas com a Reitoria e a Secretaria de Segurança Pública do Estado. O laboratório poderá entrar em funcionamento ainda neste início de ano.

O trabalho, no geral, será desenvolvido em conjunto com o Ministério da Justiça, através da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo. A Secretaria entra com a parte técnica do serviço, ou seja, com o material que a polícia apreende (entorpecentes) e os equipamentos para a realização de exames no próprio local da apreensão, e que depois é enviado à autoridade que o requisitar. Ao laboratório da Unicamp caberá, além da recuperação de toxicômanos, ajudar na elaboração de laudos de apreensões, propor alterações na lei de tóxicos e pesquisar novas drogas que porventura surjam no mercado.

A proposta já foi encaminhada ao Ministério da Justiça e ao Conselho Federal de Entorpecentes (Confen). Segundo a proposta, Universidade e Justiça vão atuar de forma absolutamente distinta, de acordo com atribuições definidas e autônomas. "Nem a Universidade vai subordinar a polícia nem esta será trazida para dentro da Universidade", explica o prof. Fortunato Badan Palhares, do Departamento de Medicina Legal da Faculdade de Ciências Médicas.

Papel da Unicamp

Por que a Unicamp entrou nessa área? A resposta vem dos próprios legistas Badan Palhares e Nelson Massini: "A questão da droga é hoje, no Brasil e no mundo, preocupação de primeira grandeza. A Unicamp não poderia ficar alheia. É seu papel desenvolver pesquisas também nessa área e passar a preocupar-se com o problema da recuperação de dependentes", diz Fortunato. Nelson Massini, também do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, acrescenta que "o trabalho a ser feito nesse laboratório deverá abranger de maneira geral o problema dos entorpecentes, hoje muito difundido e combatido, mas pouco estudado no Brasil. Temos alguns pesquisadores isolados que se dedicam ao assunto, mas não existe nenhum centro que concentre informações e funcione ao mesmo tempo como laboratório de pesquisa".

Massini: "Não apenas laudos, mas também a recuperação dos doentes".

Badan Palhares: "A Unicamp não poderia ficar alheia".

De acordo com Massini, o laboratório, possivelmente em associação com outros Departamentos da Unicamp, com hospitais e centros de recuperação de toxicômanos, vai acompanhar todo o trabalho feito com o viciado, desde sua entrada no centro até a independência total da droga. "De nada adianta prender o viciado, deixá-lo na cadeia e depois de algum tempo soltá-lo, sem que ele tenha recebido um tratamento específico", diz Badan Palhares. Também os traficantes serão objeto de estudo e acompanhamento.

Para executar suas atividades, o laboratório vai trabalhar com profissionais de diversas áreas da Unicamp, não só da área biológica mas também de humanas e exatas, como química, física, entre outras. "É um projeto arrojado — diz Palhares — mas não pretendemos fazer tudo de uma só vez. Numa primeira etapa, o mais importante é criar uma estrutura que possa, de imediato, estudar todo o tipo de droga e também os viciados, dando a eles o amparo legal de tratamento, criando leis, modificando-as em benefício deles".

Para isso o laboratório, através de um trabalho a ser realizado junto com os dependentes, terá condições de formar um núcleo de informação de livre acesso para médicos e especialistas interessados no assunto.

Segundo Massini, já foi adquirido um computador para acumulação de dados e consultas. Ali serão armazenadas informações relacionadas com todos os tipos de drogas, como a maconha, haxixe, cocaína, heroína, LSD, medicamentos psicotrópicos, xaropes, misturas alucinógenas e até mesmo o "crack", uma cocaína sólida difundida em todo o território norte-americano, e que já começou a chegar ao Brasil.

Palhares explica que a prtir de um estudo minucioso de determinada droga será possível definir a rota seguida pelos traficantes e até mesmo seus centros de produção. "No caso específico da cocaína poderemos identificar inclusive em quê região ela foi plantada, através do estudo de suas folhas. Identificada a região, será muito mais fácil para a polícia intensificar o combate em determinada região", explica.

Já trabalham na instalação do laboratório dez profissionais ligados à Unicamp. A princípio, o objetivo básico é atender a comunidade de Campinas e região, em seguida estender seus serviços a outras regiões do país. "Queremos que essa iniciativa sirva de exemplo na formação de profissionais de várias outras áreas, e que seja encampado também por outras universidades", conclui Palhares.

Banco de rins, uma idéia em gestação no HC

Um duplo transplante de rins realizado em novembro passado no Hospital das clínicas da Unicamp, a partir de um cadáver, deve ser a semente do Banco de Rins que a Universidade pretende implantar num prazo aproximado de dois anos. A informação foi prestada pelo vice-superintendente do HC, prof. Paulo César Rodrigues Palma. Os contatos com os centros de hemodiálise da região vêm sendo feitos pelo prof. Gentil Alves Filho, chefe da disciplina de Nefrologia. O transplante, nos moldes em que foi realizado, é pioneiro no interior do País.

A criação do Banco de Rins depende de muitos fatores, porém o mais delicado é o apoio do Inamps, sem o qual o projeto se inviabiliza. Centros como esse são comuns em países como os Estados Unidos e a Inglaterra. As condições são outras, entretanto, desde os aspectos de infra-estrutura até a conscientização das famílias dos doadores.

A idéia é centralizar esse trabalho no Hospital das Clínicas da Unicamp através do Laboratório de Histocompatibilidade. Foram nomeados coordenadores os professores Nelson Rodrigues Netto Júnior, titular da disciplina de Urologia, e Gentil Alves Filho. Ambos trabalharam no recente transplante.

Palma, Maria Helena e Gentil Alves: da equipe que realizou o transplante pioneiro.

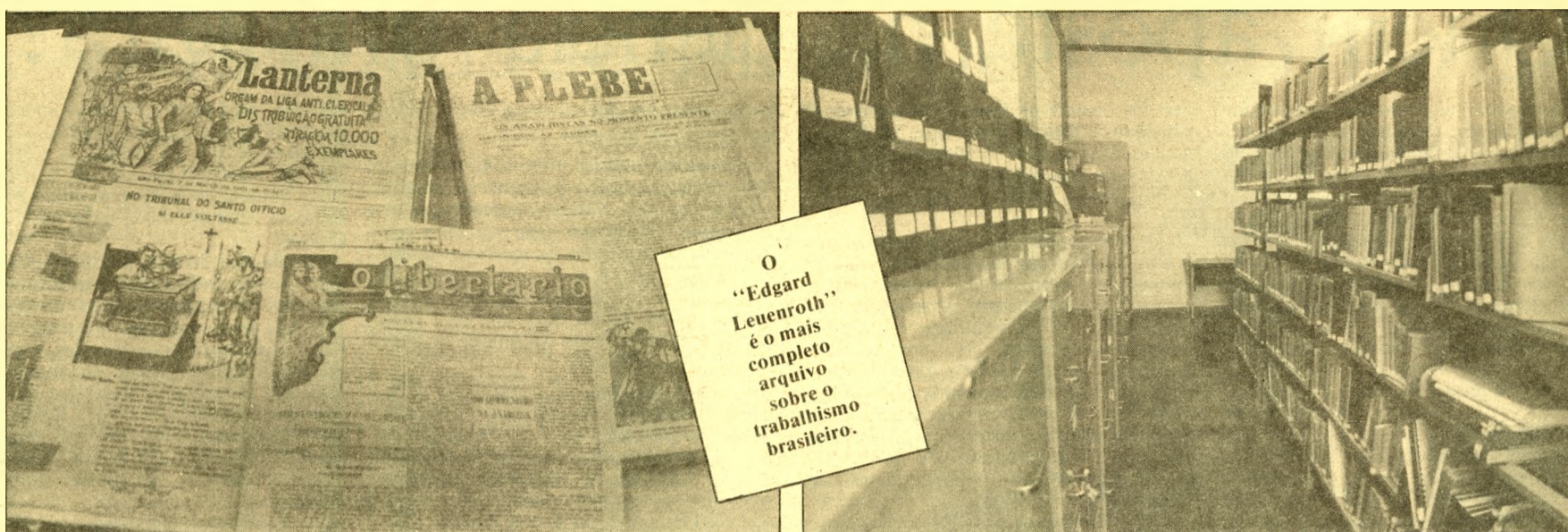
O banco na prática

O paciente renal crônico faz, em média, uma transfusão por mês. Sempre que determinado paciente, em qualquer centro ligado ao Banco de Órgãos, for submetido a transfusão, será enviada uma nova mostra do material à Unicamp. "É que após cada transfusão altera-se a característica imunológica do paciente", explica o prof. Palma. Após a confirmação da compatibilidade entre doador e paciente, o Banco acionará imediatamente mecanismos que permitam a transferência do paciente para o local do doador em qualquer ponto do Estado, desde que disponha da infra-estrutura necessária para a realização da cirurgia.

Caso contrário, os órgãos devem ser enviados imediatamente ao Hospital das Clínicas da Unicamp, que terá um prazo ideal de 24 horas para realizar a cirurgia, podendo-se estender, em alguns casos, a 48 horas. O custo operacional de um transplante de rins — Cz$ 35 mil — equivale ao custo de três meses de hemodiálise. O que demonstra que, para o Inamps, que deverá responder pelos recursos, o Banco é recomendável também do ponto de vista econômico.

O Hospital das Clínicas da Unicamp já realizou 16 transplantes de rins, dos quais dois a partir de cadáver. Só em Campinas constatam-se todo ano cerca de 30 novos casos de pacientes com insuficiência renal. A concretização da idéia da criação do Banco de Rins tende a diminuir o número de hemodiálises e, conseqüentemente, a melhorar a qualidade de vida desses pacientes.

Os dois pacientes que foram submetidos ao transplante pioneiro na Unicamp — ambos do sexo masculino e com idade entre 18 e 34 anos — passam bem. A equipe responsável foi composta pelos urologistas Nelson Rodrigues Netto Júnior, Homero Campos Guidi, Ubirajara Ferreira, Carlos D'Ancona, Paulo Palma, Osamo Ikari e Alister Kara; os nefrologistas Gentil Alves Filho, José Eduardo Faria, a imunologista Maria Helena Stangler Kraemer e os anestesistas Adilson Roberto Cardoso, Rosa Inês Costa Pereira e Eunice Sizue Hirata Terra.

O "Edgard Leuenroth" é o mais completo arquivo sobre o trabalhismo brasileiro.

Um acervo pra ninguém botar defeito

Pode-se encontrar ali a última entrevista que John Lennon concedeu à revista Playboy. Ou, se você preferir, manuscritos e cartas geográficas que nortearam a lendária Coluna Prestes, em 1924. E muito mais. Esse material faz parte do Arquivo Edgard Leuenroth, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp que, em 1983, foi batizado com o nome de Centro de Documentação e Investigação em História Social. São dezenas de milhares de documentos, cerca de 10 mil livros, quatro mil folhetos, mais de 800 títulos de revistas estrangeiras e cerca de 1.500 títulos nacionais, além de aproximadamente 1.500 títulos de periódicos nacionais e estrangeiros.

Para o prof. Marco Aurélio Garcia, diretor geral do Arquivo Edgard Leuenroth, "não há, no Brasil, nenhum outro acervo tão completo em termos de jornais, folhetos, revistas e livros, ligado ao movimento trabalhista brasileiro a partir do início do século". Tanto é que pelo menos seis teses a nível de mestrado e doutorado foram elaboradas e concluídas através de levantamentos feitos nos arquivos desse centro. E um dos trabalhos mais importantes já publicados sobre o Brasil é o livro do brasilianista Roland H. Chilcote, "Brazil and Its Radical Left 1932-1972", cujo material de pesquisa foi quase totalmente colhido no arquivo do IFCH da Unicamp.

Atuando como suporte para pesquisas de professores universitários e alunos de pós-graduação, a sala de leitura do Centro de Documentação do AEL recebe atualmente a visita de aproximadamente 370 pesquisadores todo mês, numa média de 15 por dia, segundo apontamentos da coordenadora do arquivo, Ema Maria Franzoni. As publicações mais procuradas são as revistas e jornais das primeiras décadas deste século e registros e documentos referentes aos movimentos trabalhistas latino-americanos, europeus e dos Estados Unidos.

Quem foi Leuenroth

Homem de grande visão político-trabalhista, gráfico de profissão, Leuenroth foi um anarquista do início do século, período em que editou alguns dos mais contundentes jornais daquela época, como por exemplo, "A Plebe", "A Lanterna", "O Libertário", entre outros. Esses jornais também podem ser facilmente localizados no arquivo do IFCH.

Quem circula por entre as estantes do arquivo depara com uma infinidade de coleções e armários, pastas e livros. São as fontes de documentos brasileiros e latino-americanos sobre os mais variados temas, como a industrialização, agricultura, processos de trabalhos, imigração e migração internas, partidos e movimentos políticos, lutas sindicais, movimentos sociais, história das idéias políticas e sociais, bem como produção cultural, manifestações artísticas e condições da vida cotidiana, sempre sob a perspectiva das classes trabalhadoras. Existe ainda parte do arquivo da UNE (União Nacional dos Estudantes), que conta a história da entidade desde que foi criada, os primeiros movimentos estudantis, suas diferentes correntes político-partidárias, até as manifestações mais agudas durante o período militar pós 68.

O AEL orgulha-se de ter em seus arquivos a única coleção completa do jornal "Correio da Manhã", do Rio de Janeiro, que cobre um período de 103 anos.

Novos projetos

Atualmente, o AEL está empenhado na elaboração de novos projetos de documentação e investigação. Para isso foram organizados três grupos de pesquisadores: um para o desenvolvimento do projeto "História de Cidades Industriais e Trabalhadoras", outro para um projeto denominado "América Latina: classe trabalhadora, movimentos sociais e história das idéias políticas", e um terceiro sobre "Mulher: trabalho, movimentos, política e família". Segundo o prof. Marco Aurélio, há outros grupos em fase de organização para coordenar projetos de documentação e pesquisa audiovisuais e um outro ainda destinado a estudos sobre o Liberalismo no Brasil.

O Centro de Documentação e Pesquisa, além do acervo Edgard Leuenroth, abriga também os acervos de Lourenço Moreira Lima, Astrogildo Pereira, Octávio Brandão, Arthur Bernardes, Maurício Lacerda, Evaristo de Morais, Antonio Baptista Ribas, Libório Justo, Fernando Sanchez, e coleções sobre a industrialização de São Paulo, documentos sobre capitalismo e agricultura, imigração italiana, obras de Plínio Salgado. Dentro da política de expansão do AEL, serão incorporados ainda os acervos de Francisco Gaona, e do Movimento Trabalhista Brasileiro em Milão.

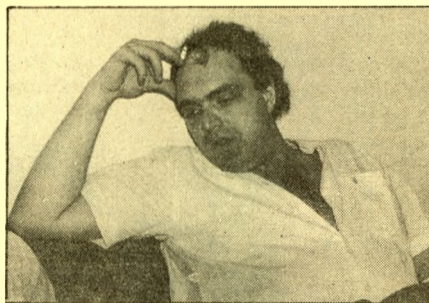
Um som jovem com a qualidade Unicamp

São sete discos gravados; quase nove mil exemplares vendidos. Uma proeza e tanto, em se tratando de mercado brasileiro, onde o consumo de música erudita é praticamente irreal. Provendo quase que só colecionadores e alguns milhares de aficcionados, bastaram dois anos para que a Gravadora da Unicamp, afinal, ocupasse o seu espaço.

A idéia, antiga, era simples: o projeto visava a valorizar e incentivar a criatividade dos artistas — músicos e compositores — do Departamento de Música do Instituto de Artes da Unicamp. E surgiu de conversas entre o diretor do Instituto, o compositor Almeida Prado, o pianista Fernando Lopes, o maestro Benito Juarez e José Eduardo Ribeiro de Paiva, produtor de eventos culturais da Unidade e agora também coordenador da gravadora.

O plano-piloto foi concluído em meados de 84. Em menos de um ano surgia o primeiro disco, "Cadências", com obras de Villa-Lobos executadas ao piano por Fernando Lopes. Em seguida veio o "Variações Goldberg", de J. S. Bach, com interpretação da cravista Helena Jank, também do Departamento de Música. A exemplo do primeiro, também este esgotou-se em poucas semanas.

Por que gravar artistas da própria universidade? Para José Eduardo de Paiva, o que parecia um desafio agora é uma rotina. Primeiro porque no Brasil é praticamente impossível artistas da terra gravarem música erudita pelas gravadoras tradicionais, "uma vez que o mercado fonográfico brasileiro — diz ele — é regido por modismos e pelo consumo". Segundo, porque estava no projeto da Gravadora da Unicamp tornar-se a única onde a preocupação básica seria a qualidade do trabalho musical, aliada ao talento de seus intérpretes. "Isso raramente acontece com as gravadoras comerciais", diz Paiva. "Ali se dá exatamente o contrário: o importante é atender a demanda de consumo, ficando o padrão artístico para segundo plano." Segundo Paiva, nenhuma gravadora, mesmo as maiores, tem lançado tantos discos de música erudita brasileira como a Gravadora da Unicamp. "E o mais interessante nisso tudo — assegura — é que raramente a qualidade do disco, incluindo aí também o repertório, é do nível dos lançados pela Unicamp."

Depois dos sete primeiros, o plano agora inclui Villa-Lobos e Raul do Valle.

Paiva: "O que parecia desafio é hoje uma rotina".

Aplausos da crítica

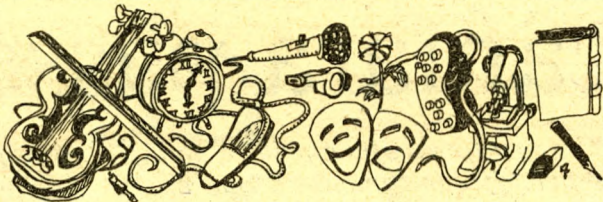
Os discos têm tido tiragens iniciais de até 2.000 cópias, que, além de serem vendidos em pontos estratégicos (teatros, museus, livrarias) são distribuídos para escolas, rádios, fundações, universidades, conservatórios e personalidades do mundo artístico. Segundo Paiva, todos os LPs gravados até agora terão de ser reimpressos "dada a repercussão que alcançaram junto ao público e à crítica especializada".

Depois desses sete primeiros discos, a Gravadora tem alguns projetos prioritários. Um deles, por exemplo, é um lançamento em comemoração ao centenário de nascimento do compositor Heitor Villa-Lobos; serão gravadas peças de canto, piano e peças para orquestra de câmera. Além disso, num outro disco, obras inéditas do professor do Departamento de Música e compositor Raul do Valle. Mas o trabalho da Gravadora não pára por aí; pretende abrir espaços também para a música popular brasileira, além de um disco com canções indígenas pesquisadas pelo prof. Etienne Samain, do Departamento de Multimeios do IA.

"Com o tempo — explica Paiva — nossa intenção é gravar produções de estudantes. Tudo vai depender do talento e da qualidade do trabalho apresentado. Esses trabalhos serão, evidentemente, analisados por uma comissão a ser constituída, e dos recursos que obtivermos na ocasião."

Os discos

São os seguintes os discos lançados pelo selo Unicamp: "Cadências", obras de Villa-Lobos com interpretação de Fernando Lopes; "Variações Goldberg" de J. S. Bach, pela cravista Helena Jank; "Sinfonia dos Orixás", composição de Almeida Prado com execução da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas sob a regência do maestro Benito Juarez; "Canções de Carlos Gomes" (dois volumes) com Niza de Castro Tank (soprano) e Acchile Picchi (piano); "Espiral", obras de Almeida Prado interpretadas pela soprano Niza de Castro Tank e Almeida Prado ao piano; "Chopin" — Estudos Opus 10 e Opus 25 — e Brahms — Variações sobre um tema de Paganini Opus 35, Cadernos I e II, com interpretação de Fernando Lopes ao piano.

vida universitária

ENCONTROS

II Ebai — De 2 a 22 de fevereiro próximo será realizada na Universidad Nacional del Centro de La Provincia de Buenos Aires (Argentina) a II Escola Brasileiro-Argentina de Informática. Serão oferecidos cursos de formação básica e específica, além de atividades de laboratório. O Comitê Executivo da II Ebai é presidido pelo prof. Léo Pini Magalhães (Unicamp) e pela profa. Viviana Rubinstein (UNCP — Argentina).

III Escola Brasileira de Física de Semicondutores — A Unicamp promoverá, no período de 16 a 28 de fevereiro próximo, este encontro que reunirá os mais renomados pesquisadores da área do mundo. Estarão presentes conferencistas ingleses, franceses, norte-americanos, soviéticos, alemães, entre outros convidados. A promoção é do Instituto de Física "Gleb Wataghin" da Unicamp. Mais informações com o prof. Cylon Gonçalves da Silva, no IFGW.

LIVROS

"Posse e Propriedade Territorial", de Edson de Castro Ferreira, professor da Universidade Federal do Mato Grosso. Trata-se de uma tese de mestrado em Sociologia (Unicamp) abordando a ocupação e os conflitos de terra em Mato Grosso; a política fundiária e a organização comunitária dos posseiros e pequenos proprietários, fazendo uma projeção sobre as tendências atuais dos conflitos pela terra nessa região do Brasil. Coleção Teses. Editora da Unicamp.

"Bancários", de Letícia Bicalho Canedo, docente da Faculdade de Educação da Unicamp. Tese de doutorado em Ciências Sociais da Usp, este trabalho é uma contribuição para a análise sociológica de uma categoria profissional pouco compreendida e estudada. Através de rica documentação, aborda a organização sindical e a participação política dos bancários. Coleção Teses. Editora da Unicamp.

"Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa", de Rodolfo Ilari, professor do Instituto de Estudos da Linguagem-Unicamp. O autor centraliza neste trabalho as principais análises da articulação tema-tema em Português. Aprofunda-se ainda na comunicação interpessoal e na problemática da semântica ou pragmática. Coleção Teses. Editora da Unicamp.

EM DIA

Dispensa para tese — Todo docente da Unicamp que trabalhe em regime de tempo integral e esteja em fase de redação de tese de mestrado ou doutorado poderá pedir dispensa de suas atividades por um período de seis meses, prorrogáveis por outros seis. A decisão foi tomada pelo reitor Paulo Renato através da portaria GR- n.º 434/86 de 9 de dezembro último, a partir de sugestão da Pró Reitoria de Pós-Graduação.
De acordo com a portaria, "o pedido de dispensa formulado pelo docente será submetido à aprovação da Congregação da Unidade, depois de receber parecer do departamento a que pertence e da Comissão de Pós-Graduação responsável pelo curso em que estiver matriculado". A dispensa será concedida sem prejuízo de vencimentos e demais vantagens do cargo ou função ocupada pelo docente.

Para que todos os docentes pós-graduandos tenham idêntica oportunidade, é necessário porém que os departamentos estabeleçam cronograma de dispensas para que as atividades didáticas não sejam prejudicadas.

Doutor Honoris Causa — Em sua última reunião do ano, a 16 de dezembro último, o Conselho Diretor da Universidade outorgou o título de Doutor "Honoris Causa" ao governador Franco Montoro, ao físico César Lattes e ao educador Paulo Freire. Concedeu ainda o título de Professor Emérito ao físico Rogério Cerqueira Leite. Durante sua administração à frente do governo do Estado, Montoro, que ao longo de muitos anos lecionou na Usp e PUC-SP, contribuiu particularmente para a recuperação das universidades estaduais paulistas. Foi graças a seu apoio que a Unicamp conseguiu em quatro anos duplicar a área física de seu campus. César Lattes destacou-se por suas contribuições à Física mundial. Aos 23 anos ficou famoso internacionalmente com a descoberta do méson-pi. Na Unicamp é responsável pela instalação do primeiro grupo de pesquisas do Instituto de Física, na área de radiação cósmica. Quanto ao educador Paulo Freire, sabe-se que é, no mínimo, referência obrigatória nos currículos de todas as Faculdades de Educação. Sua perspectiva política do processo de alfabetização revolucionou a metodologia educacional e foi aplicado com sucesso em vários países do Terceiro Mundo. Ex-diretor do Instituto de Física da Unicamp, o prof. Rogério Cerqueira Leite é reconhecido internacionalmente nas áreas de física de semicondutores. Foi um dos mais incansáveis críticos do Programa Nuclear Brasileiro em pleno período militar.

Título para Zeferino — Os familiares do fundador da Unicamp e seu reitor durante 12 anos receberam no dia 19 de dezembro os títulos de "Professor Emérito" e de "Reitor Honorário" conferidos pelo Conselho Diretor, em sua sessão de 17 de abril de 1978, a Zeferino Vaz. A entrega dos títulos é mais uma demonstração do reconhecimento da Universidade "ao cientista e homem de ação que, com espírito pioneiro, implantou a Unicamp", conforme justificativa do reitor ao Conselho.

A carreira de Zeferino Vaz, que faleceu em fevereiro de 1981, foi toda dedicada à educação e à ciência. Médico parasitologista, foi criador da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, reitor da UnB, presidente do Conselho Estadual de Educação, reitor da Unicamp no período de 1966 a 1978 e presidente da Funcamp (Fundação de Desenvolvimento da Unicamp), cargo que exerceu até sua morte.

Adil Samara na Panlar — O médico reumatologista Adil Samara, professor titular da Disciplina de Reumatologia do Departamento de Clínica Médica da FCM/Unicamp, é o novo presidente da Liga Panamericana Contra o Reumatismo, filiada à Liga Internacional contra o Reumatismo, da Organização Mundial de Saúde (OMS). Esta é a primeira vez que um médico brasileiro, eleito em assembléia geral da liga por países membros da organização, assume a presidência daquele órgão. A posse se deu em Buenos Aires (Argentina) durante a realização do 9.º Congresso Panamericano de Reumatologia ocorrido no período de 17 a 22 de novembro.

Revista Brasileira de Informática em Saúde — Lançada recentemente, essa publicação informativa — a primeira do gênero na América Latina — constitui-se em importante instrumento de divulgação de pesquisas e informações tanto para especialistas como para usuários e interessados. O prof. Renato Sabbatini, diretor do Núcleo de Informática Biomédica da Unicamp — NIB — responde pela editoria científica. A Comissão de Redação está composta por Andrés Tumang (FOP-Unicamp), Jaime Ilha (NIB-Unicamp), Luiz Cietto (FCM-Unicamp), Marco Aurélio Dornelles (HC-Unicamp) e Olga Miranda (NIB-Unicamp). Wang Biseng (CEB-Unicamp) é membro do Conselho Editorial. Dirce César (NIB) é a secretária de redação. A Revista Brasileira de Informática em Saúde é uma publicação bimestral do IBIS — Instituto Brasileiro de Informação em Saúde.

Emprego/desemprego: convênio — A Unicamp, a Fundação Seade e o Dieese assinaram no último dia 25 de novembro convênio com vistas à elaboração de serviços técnico-científicos para análise da conjuntura econômica e social do mercado de trabalho e de emprego. A finalidade é fornecer à Secretaria de Economia e Planejamento subsídios no que diz respeito ao delineamento de políticas econômicas, sociais, de emprego e desemprego em São Paulo. À Unicamp caberá o desenvolvimento de análise e estudos de natureza estrutural, retrospectiva e prospectiva, visando à identificação da situação econômica e social e do mercado de trabalho, além da questão do emprego e dos rendimentos no Brasil, no Estado de São Paulo e mais especificamente na região metropolitana da Capital. Quanto à Seade, caberá a realização de pesquisa de campo de natureza domiciliar na região de São Paulo, além da elaboração de indicadores de emprego e desemprego para interpretação de comportamento. É ainda de sua responsabilidade realizar análise dos resultados das pesquisas feitas, cuidar da publicação de relatório de análise e divulgação dos dados. Ao Dieese caberá o assessoramento à Seade quanto à pesquisa de campo no que concerne à disposição de técnicas de abordagem, transferência do conhecimento disponível já sistematizado, elaboração do intrumental de pesquisa, coordenação de trabalho de campo, supervisão da crítica e elaboração de relatórios de análise.

Convênio com o Japão — A Unicamp acaba de assinar convênio com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para a criação, na Universidade, de um Centro de Diagnósticos e Investigações em Gastroenterologia. Para a concretização desse Centro, a JICA doará à Unicamp uma série de equipamentos que vão desde endoscópios até aparelhos de ultra-som e ecografia. Ao longo do próximo ano, especialistas japoneses na área de gastroenterologia virão à Unicamp para promover cursos de especialização, ao mesmo tempo em que médicos brasileiros deverão ir ao Japão para fins de aperfeiçoamento. Com a instalação dos novos aparelhos os exames de endoscopia (no HC-Unicamp são realizados cerca de 300 por mês) poderão chegar a 1.200.

Olimpíada de Matemática — Contando com a participação de aproximadamente 50 estudantes de treze escolas de segundo grau de Campinas e região, foi realizada em novembro, no anfiteatro do Instituto de Matemática, a 2.ª Olimpíada Regional de Matemática. Os prêmios aos melhores trabalhos apresentados pelos alunos foram entregues no último dia 6 de dezembro. O objetivo dessa Olimpíada, segundo o prof. Mauro Bianchini, coordenador do evento e professor de matemática do Imecc, "é descobrir novos talentos nessa disciplina e, no futuro, trazê-los para dentro da Unicamp com a finalidade de aprimorá-los na matemática".

Prêmio para "Canções de Carlos Gomes" — A Agência "Musical Press", do Rio Grande do Sul, escolheu o álbum "Canções de Carlos Gomes" como o melhor lançamento discográfico de 86, no Brasil, no campo da música erudita. O disco, gravado pelo selo Unicamp, traz dez obras do compositor campineiro — entre elas "Quem sabe", "Lo Zigaretto", "Mamma Dice" — na interpretação do soprano Niza de Castro Tank, com Acchili Picchi ao piano.

Embaixador na Unicamp — No último 26 de novembro a Unicamp recebeu duas visitas importantes: a do embaixador da Suíça, Roger Bar, acompanhado pelo cônsul-geral da embaixada suíça em São Paulo, Hans Georg Sauberli, e do Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil (Cofecub), presidido por Jean Revel-Mouroz. O principal objetivo da visita do Cofecub foi realizar avaliação dos estudos e pesquisas desenvolvidas pela Unicamp, principalmente a nível de pós-graduação, na área da Faculdade de Engenharia de Alimentos e Faculdade de Engenharia de Campinas. A França tem interesse em estabelecer futuramente com a Unicamp convênios de cooperação na área. Já o embaixador Roger Bar, recepcionado pelo coordenador geral da Universidade, prof. Carlos Vogt, visitou o Instituto de Química e manteve contatos também com pesquisadores suíços que trabalham na Unicamp. Roger Bar mostrou-se interessado nas atividades desenvolvidas pelo Instituto de Artes, principalmente as dos Departamentos de Dança, Música e Artes Cênicas.

Banco de Dados — Toda a produção científica e tecnológica gerada nas três universidades paulistas (Unicamp, Usp e Unesp) estará dentro em breve totalmente sistematizada e ao alcance dos interessados. Isto será possível a partir de um convênio firmado no mês passado entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a Secretaria de Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia, e as universidades estaduais. O convênio prevê a implantação de um banco de dados reunindo todas as informações de natureza científica e tecnológica.

TESES

Teses Progrmadas — Está prevista para os próximos dias a seguinte defesa de tese:

"Síndrome de Carboidratos nitrogenados componentes de antibióticos". Tese a nível de doutorado. Área de Química Orgânica. Candidata: Lúcia Helena Brito Baptistella. Orientadora: Anita Jocelyne Marsaioli (IQ/Unicamp). Dia 27/1/87, às 14 horas no IQ—3.

Teses Defendidas — Foram defendidas nas últimas semanas as seguintes teses:

"Estudos biológicos e patológicos de dois piralídeos pragas de produtos armazenados". Tese a nível de doutorado. Área de Ecologia. Candidato: Benedicto Ferreira do Amaral Filho. Orientador: Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib. (IB/Unicamp). Dia 1.º/10/86.

"Modificações das propriedades anisotrópicas e de resistência à tração de tendões Calcaneares de ratos submetidos ao exercício físico e à denervação". Tese a nível de mestrado. Área de Biologia Celular. Candidato: Roberto Vilarta. Orientador: Benedicto de Campos Vidal (IB/Unicamp). Dia 9/10/86.

"Efeito de fonte externa de nitrogênio no transporte de compostos nitrogenados em planta de soja Glycine Max (L.) Merril Cultivar Santa Rosa". Tese a nível de mestrado, Área de Biologia Celular. Candidato: Heiko Enok Sawazaki. Orientador: Ladaslav Sodek (IB/Unicamp). Dia 14/10/86.

"Estudo sobre algumas características do comportamento psicológico de paciente com câncer avançado". Tese a nível de doutorado. Área de Saúde Mental. Candidata: Célia Maria Turri Teles. Orientador: Roosevelt Cassorla (FCM/Unicamp). Dia 29/11/86.

"Repercussão perinatal do ganho ponderal materno durante a gravidez". Tese a nível de mestrado. Área de Tocoginecologia. Candidata: Maria das Graças Barreto de Penedo. Orientador: José Hugo Sabatino (FCM/Unicamp). Dia 2/12/86.

"Modelos discretos em ecologia matemática". Tese a nível de mestrado. Área de Matemática Aplicada. Candidata: Sílvia Motorano Raimundo. Orientador: Alejandro Engel Bratter (Imecc/Unicamp). Dia 5/12/86.

"Estudos potenciométricos da interação do cobre (II) com ligantes orgânicos de ocorrência natural". Tese a nível de mestrado. Área de Química Analítica. Candidata: Sônia Maria Nobre Gimenez. Orientador: Wilson de Figueiredo Jardim. (IQ/Unicamp). Dia 12/12/86.

"Avaliação do método semi-empírico HAM/3 no cálculo de propriedades moleculares". Tese a nível de mestrado. Área de Físico-Química. Candidato: Paulo Norberto Livotto. Orientador: Yuji Takahata (IQ/Unicamp). Dia 18/12/86.

"Gastrite alcalina de refluxo — estudo experimental sobre a Etiopatogenia". Tese a nível de doutorado. Área de Clínica Geral. Candidato: Cirilo Luiz de Pardo Meo Muraro. Orientador: Mário Mantovani (FCM/Unicamp). Dia 22/12/86.

calendário

Dia 27/01, Terça-feira, 14 horas — Defesa de tese de Lúcia Helena Brito Baptistella a nível de doutoramento. Tema: "Síntese de carboidratos nitrogenados componentes de antibióticos". Local: sala 3 do IQ.

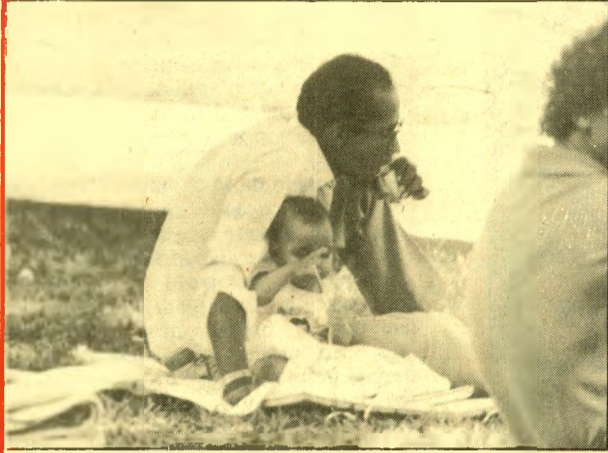
Dia 2/2, Segunda-feira, 9 horas — Início da II Ebai (Escola Brasileiro-Argentina de Informática), a ser realizada na Universidade Nacional del Centro de La Província de Buenos Aires (Argentina). Maiores informações poderão ser obtidas com a Pró-reitoria de pesquisa, ramais 2233 e 2215.

Dia 16/2, Segunda-feira, 9 horas — Começa na Unicamp a III Escola Brasileira de Física de Semicondutores, promovida pelo Instituto de Física "Gleb Wataghin". Maiores informações poderão ser obtidas com o prof. Cylon Gonçalves da Silva, no IFGW, fone 392424, ou ramal 2270.

Nossa câmara passeia pelo campus

Escreveu Roland Barthes: "O que a fotografia reproduz ao infinito só ocorreu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se". Ou seja: a cena ou o gesto captado pela câmara pode assemelhar-se a outras cenas e a outros gestos, mas a integralidade da imagem perdeu-se para sempre no instante em que foi captada. Daí a idéia de "eternidade imobilizada" que toda foto transmite.

O fotógrafo Antoninho Perri saiu uma tarde pelo campus com a intenção expressa de captar alguns desses momentos. Passou pela Praça da Paz (onde havia um concerto ao ar livre), desceu na direção dos gramados da Biologia, circundou os jardins do antigo Básico e terminou nos saguões do HC. Verificou que a vida está em todos os cantos, não raro surpreendente.

O mesmo Barthes, em seu livro "A câmara clara", identifica em toda fotografia o que ele chama de "punctum", ou seja, "o ponto sensível da cena, o lance revelador". No caso da fotografia em que duas ovelhas aparecem cercadas de pombas, por exemplo, o "punctum" é a pomba sobre o dorso da ovelha à direita. Um desafio aos leitores: qual será o "punctum" das demais?

Pausa para um lanche no gramado, antes de devolver o bebê aos cuidados da creche.

Entre um exame e outro (era dezembro), pausa para curtir o verão.

A caminho do concerto, o músico Moacir del Picchia marcha firme com seu violino.

Nem tudo é permitido, mas nada proíbe um instante de relax após o almoço.

A inocência infantil invade a intencionalidade da arte. Foi o que pretendeu Akiko Fujita?

Uma ouvinte ensimesmada e atenta para o pianista Mauricy, em pleno sol da Praça da Paz.

O espaço comum não elimina as diferenças, mas realça as semelhanças.

As três passeiam sem suspeitar do olho indiscreto da câmara.

Nada melhor que se instalar no macio, especialmente se a condução é dócil.

Em plena cidade da pesquisa a presença da lavoura, ainda que experimental.

No HC, o pequeno paciente deixa a enfermaria para cair no colo dos médicos.

Em fila indiana, para ninguém se perder: hora de ir aguardar as mamãs.